



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**MARIVAN DOS SANTOS OLIVEIRA**

**LIMITES E POSSIBILIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NO CONJUNTO PENAL DE  
FEIRA DE SANTANA-BA: UM OLHAR CRÍTICO ACERCA DA  
INSTRUMENTALIDADE**

**CACHOEIRA-BA**

**2014**

MARIVAN DOS SANTOS OLIVEIRA

LIMITES E POSSIBILIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NO CONJUNTO PENAL DE  
FEIRA DE SANTANA-BA: UM OLHAR CRÍTICO ACERCA DA  
INSTRUMENTALIDADE

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social. Professora Orientadora: Dr<sup>a</sup> Valéria Noronha dos Santos Miranda.

CACHOEIRA-BA  
2014

MARIVAN DOS SANTOS OLIVEIRA

LIMITES E POSSIBILIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NO CONJUNTO PENAL DE  
FEIRA DE SANTANA-BA: um olhar crítico acerca da instrumentalidade.

Cachoeira – BA, aprovada em 10/11/2014.

BANCA EXAMINADORA

Valéria dos Santos Noronha Miranda

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria dos Santos Noronha Miranda  
(Orientadora – UFRB)

Márcia da Silva Clemente

Prof.<sup>a</sup> Ms. Márcia da Silva Clemente  
(Membro Interno – UFRB)

Adriana Assis Santos

Prof.<sup>a</sup> Ms. Adriana Assis Santos  
(Membro Externo – UFBA)

“Hoje me sinto mais forte  
Mais feliz, quem sabe  
Só levo a certeza  
De que muito pouco sei  
Ou nada sei”  
**(Almir Sater)**

Aos meus pais  
Pelo esforço, carinho, amor e respeito

## **AGRADECIMENTOS**

Ao cara lá de cima pela companhia nos momentos de dor e incertezas

Ao meu pai e minha mãe que me surpreenderam todos os dias em que estive ausente, mostrando que eu nunca estava sozinho a cada dia com seu amor incondicional.

A minha amiga, professora, orientadora, e segunda mãe, Valéria Noronha, pelo apoio, carinho e cuidado que teve comigo durante esse processo.

A Well, por ser essa pessoa maravilhosa que chegou na hora em que eu mais precisava do abraço e do carinho de um amigo de verdade.

As pessoas que marcaram positivamente e me fizeram lembrar com carinho dos meus tempos de estudante universitário longe de casa.

A Soara pelo carinho e gratidão e

A Neto Leite pelo apoio e incentivo em continuar e nunca abaixar a cabeça para as dificuldades da vida.

A Daniel Sampaio, o cara que eu achava um chato no primeiro dia de aula, e hoje daria minha vida pela nossa amizade (valeu seu feio)

A Minho (Mota) pelo incentivo e por me aturar nos momentos de deprê do tcc.

A Tiago Lima pela energia positiva e a velha frase “relaxe, vai dar tudo certo”

A Júcelia, Luana, Jones, Lucas.

A Markus Pimente, pela amizade, carinho e atenção

A meu lindo Djalma (irmãozinho que amo).

A Gisele e Vaney (minhas queridas supervisoras), que tornaram meu estágio supervisionado um momento ímpar de aprendizado.

A todos funcionários e internos do Conjunto Penal de Feira de Santana-BA

Aos meus professores da UFRB que contribuíram para o meu crescimento intelectual e pessoal.

A professora Márcia Clemente pelas contribuições e apoio no processo de construção do TCC.

A professora Adriana Assis pela gentileza e cordialidade em aceitar participar do momento avaliativo no sentido de garantir maiores contribuições.

Uma linha exclusiva para meu Rê (Renário Santana), pelo abraço mais gostoso do universo

A TIM, por encurtar a distancia e diminuir a saudade de meus pais, durante esse 4 (quatro) anos.

## RESUMO

O estudo que ora se apresenta tem por objetivo identificar os limites e as possibilidades do Serviço Social no Conjunto Penal de Feira de Santana-BA. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho fruto do processo de reestruturação produtiva sob a égide do capitalismo repercutiu diretamente no trabalho do assistente social, seja na ampliação das demandas, precarização das condições de trabalho, dentre outros. Desta forma, o objetivo deste trabalho centrou-se na identificação dentro do setor de Serviço Social do Conjunto Penal de Feira de Santana-BA, dos principais limites e possibilidades que condicionam a ação profissional do assistente social na referida instituição. Para tanto, utilizamos metodologicamente a pesquisa qualitativa, a pesquisa bibliográfica e documental com o intuito de conhecer e incorporar na dimensão teórico/operativa os conceitos relacionados ao trabalho dos assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional estudado. Foram adotadas entrevistas semiestruturadas mediante uma investigação junto aos assistentes sociais que compõem a equipe de Serviço Social, buscando identificar os aspectos que condicionam o seu fazer profissional, seus desafios e as possibilidades de enfrentamento. Os resultados apontam que o Serviço Social na instituição vem nos últimos anos se reestruturando e de fato ganhando espaço, sobretudo, com o aumento quantitativo de profissionais, e qualitativo, no que diz respeito aos projetos e ações desenvolvidas pelo setor. No entanto, ainda compartilham dificuldades, encontradas pela categoria profissional, no que diz respeito aos aspectos objetivos e subjetivos vinculados à sua ação. Falar de ação profissional do assistente social, nos remete a discussão dos instrumentais, seus principais instrumentos e técnicas adotadas pelos profissionais, refletindo criticamente que a esfera técnico-operativa somente adquire sentido e materialidade quando as mediações são estabelecidas e o trabalho cotidiano é pensado e (re) pensado com finalidades propositivas, ganhando fôlego para romper as “amarras” institucionais. Entretanto, apesar dos profissionais localizarem a importância de tal dimensão, os aspectos objetivos acabam interferindo e limitando a ação profissional em muitas situações concretas objetivas subjacentes ao processo de trabalho- como é o caso da falta de estrutura para trabalho, ou no campo subjetivo, como o diálogo com a segurança, que é posto como um dos principais entraves para a realização das intervenções dos assistentes sociais do Conjunto Penal de Feira de Santana-BA. Outro fator importante que deve ser destacado é a centralização de poder ligada à coordenação de segurança da instituição e como isso atrapalha a atuação dos assistentes sociais. Os assistentes sociais ainda relatam sobre a precarização do sistema penal brasileiro, sobretudo no campo social, produzindo um espaço de trabalho permeado por problemas que impedem uma ação profissional comprometida com o atendimento aos usuários. Para modificar essa realidade é preciso redefinir a verdadeira função desse espaço, onde a “reinserção social” deu lugar a punição puramente dita. Os investimentos feitos em atividades e projetos sociais voltados aos internos devem ganhar destaque e prioridade no campo das políticas públicas. A categoria profissional necessita constantemente refletir seu trabalho e sempre “tomar um banho de realidade” se valendo das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa vislumbrando e recriando seu fazer profissional mesmo com a existência de limites tão profundos que perpassam nossas ações.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Conjunto Penal. Limites e Possibilidades. Instrumentalidade

## ABSTRACT

The study presented here aims to identify the limits and possibilities of Social Work in prison of Feira de Santana-BA. The changes in the world of work result from the restructuring of capitalism under the aegis process reflected directly in the work of social worker, is the expansion of demands, precarious working conditions, among others. Thus, the aim of this work has focused on identifying within the Social Work sector prison of Feira de Santana, Bahia, the main limitations and possibilities that affect the action of the professional social worker in that institution. For this, we use qualitative methodological research, bibliographic and documentary research in order to understand and incorporate into theoretical / active dimension concepts related to social workers in the socio-occupational studied space. Semi-structured interviews were adopted through an investigation with social workers who make up the team of Social Work, seeking to identify the aspects that affect their professional practice, its challenges and possibilities of coping. The results indicate that social work at the institution in recent years has been restructuring and actually gaining ground, especially with a quantitative increase of professional and qualitative, with respect to projects and activities developed by the sector. However, still share difficulties encountered by professional category, with respect to the objective and subjective aspects related to its action. Speaking of professional action social worker, leads us to the discussion of instrumental, its main tools and techniques used by professionals, critically reflecting the technical and operational sphere only acquires meaning and materiality when mediations are established and the daily work and is thought (re) designed with purposeful goals, gaining momentum to break the "shackles" institutional. However despite the importance of locating professionals such size, the objective aspects end up interfering and limiting professional action in many practical situations objective underlying the work-process such as the lack of infrastructure for work, or in subjective field as dialogue with the security, which is posited as a major obstacle to the realization of the interventions of social workers prison of Feira de Santana-BA. Another important factor that should be highlighted is the centralization of power linked to the coordination of security of the institution and how it hinders the work of social workers. Social workers also report on the precariousness of the criminal justice system, especially in the social field, producing a work space permeated by issues that prevent a company committed to service users professional action. To modify this reality we must redefine the true function of this space, where the "probation" has given way to purely punishment said. The investments made in social activities and projects aimed at the internal should gain prominence and priority in the field of public policy. The professional category constantly needs to reflect your work and always "take a bath reality" and taking advantage of theoretical and methodological, ethical and political operative-technical envisioning and recreating your professional make even the existence of such deep limits competences that underlie our actions .

Key-Words: Social Work. Prison. Limits and Possibilities. Instrumentality

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO.....  | 10        |
| <b>CAPÍTULO I: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E DESAFIOS PARA A PROFISSÃO .....</b>                       | <b>14</b> |
| 1.1 Do Surgimento do Serviço Social no Brasil ao Movimento de Reconceituação: Principais Marcos Sócio - Históricos no Contexto da Profissão. ....              | 15        |
| 1.2 A Perspectiva Crítica no Âmbito do Serviço Social Brasileiro: Algumas Considerações sobre o Avanço do Projeto Ético-Político na Profissão. ....            | <b>30</b> |
| <b>1.3 A Base Jurídico Legal da Profissão e sua Importância para o Fortalecimento do Projeto Ético Político .....</b>  | <b>35</b> |
| <b>CAPÍTULO II: TECENDO CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INSTRUMENTALIDADE DO(A), ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DAS UNIDADES PRISIONAIS: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA. ....</b> | <b>41</b> |
| 2.1 A Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos .....  | <b>41</b> |
| <b>2.2 Um Olhar Crítico sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional no Âmbito das Unidades Prisionais.....</b>                                | <b>50</b> |
| <b>CAPÍTULO III: A PESQUISA DE CAMPO: CONHECENDO OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO CPFS</b>                                | <b>61</b> |
| 3.1 O Percurso Metodológico .....  | <b>62</b> |
| 3.2 O Conjunto Penal de Feira de Santana: Contextualização Histórica e Reflexões acerca do “Universo” Prisional .....  | 67        |
| 3.3 Limites e Possibilidades do Serviço Social da CPFS: Refletindo sobre a Instrumentalidade .....   | <b>73</b> |
| <b>3.3.1 Conhecendo o Serviço Social do CPFS .....</b>   | <b>75</b> |
| 3.3.2 As Condições de Trabalho dos (as) Assistentes Sociais do CPFS: Identificando as Condições Objetivas e Subjetivas do Fazer Profissional.....              | 79        |
| CONSIDERAÇÕES.....   | 97        |
| REFERENCIAS .....  | 100       |
| ANEXOS .....   | 108       |

## Introdução

Vivemos tempos de intensas modificações na ordem societária produzidas pela própria dinâmica do capitalismo contemporâneo e seus processos estruturais que interferem em todos os aspectos da vida em sociedade. O mundo do trabalho é um dos mais atingidos com tais transformações, haja vista que é por meio do trabalho que se constitui o capital. O Serviço Social enquanto profissão reconhecida e inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho também participa e sofre tais mutações ocorridas no mundo do trabalho. A precarização, perda de espaço e autonomia, contratos temporários, falta de condições objetivas e subjetivas, permeiam a atuação do assistente social repercutindo diretamente no fortalecimento do projeto ético político da profissão.

Sendo assim, o presente trabalho apresenta como proposta desenvolver um estudo acerca da atuação dos assistentes sociais do Conjunto Penal de Feira de Santana-BA, dando ênfase aos limites e possibilidades subjacentes ao cotidiano de trabalho, abordando centralmente a importância da instrumentalidade para a materialidade dos objetivos profissionais.

A escolha desta temática surge a partir da vivência e das reflexões estabelecidas durante a realização do estágio supervisionado obrigatório entre os anos de 2013 e 2014, na referida instituição. Para além dessa aproximação, o Serviço Social nas unidades penais sempre foi um tema que despertou curiosidade e interesse desde o início da graduação, tendo em vista a complexidade existente nesses espaços para a efetivação de um fazer profissional comprometido com a garantia de direitos de uma população usuária historicamente excluída e estigmatizada.

Merece destaque que para a realização do respectivo trabalho monográfico foi necessário contextualizar de forma breve, os marcos históricos relacionados à profissão de Serviço Social no Brasil. Foi possível identificar profundas mudanças no âmbito do Serviço Social, desde suas origens que datam da década de 1930 até os dias atuais. O primeiro capítulo busca retratar os aspectos históricos e sua relevância para o entendimento das particularidades da profissão. Neste capítulo, evidenciou-se a forte aproximação do Serviço Social com a Igreja Católica e as formas de intervenção desenvolvidas e “aplicadas” voltadas para a defesa da moral

e da ordem, onde a chamada “questão social”<sup>1</sup> era primeiramente vista como caso de polícia e posteriormente alvo das ações das políticas sociais implementadas pelos governos, compreendida como problemáticas sociais que precisavam de tratamento social. Tais concepções foram sendo desmistificadas ao longo do tempo, com as interferências positivas das mobilizações profissionais e do próprio processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, incluindo com destaque o Movimento de Reconceitualização<sup>2</sup>. A participação dos profissionais nos Conselhos e Congressos da profissão foi e é de vital importância para debater os rumos do Serviço Social no Brasil. O amadurecimento teórico e intelectual da profissão e seu comprometimento no exercício profissional com a defesa e garantia de direitos estiveram ainda relacionadas com a reforma no currículo profissional e com a aprovação dos códigos de ética de 1986 e 1993 que rompem com o tradicionalismo da profissão dando lugar a uma ação profissional crítica.

Para que o assistente social possa de fato intervir numa dada realidade, é necessário que este, esteja amparado com as três dimensões que constituem seu fazer prático: a dimensão teórico-metodológica, ético-política e a dimensão técnico-operativa. Tais dimensões não devem ser usadas separadamente, considerando a importância de cada uma, além da relação de interdependência existente entre elas. Sendo assim, buscou-se no segundo capítulo, debruçar o olhar acerca da instrumentalidade no Serviço Social, levando em consideração a pouca produção teórica voltada a discutir tal tema, tornando-se fundamental para a profissão, reconhecer as potencialidades da instrumentalidade nas ações profissionais. Para Guerra (2007), a escassez entorno da produção teórica que discuta a

---

<sup>1</sup> A expressão “questão social” foi cunhada para designar o fenômeno do pauperismo crescente no período industrial de instauração do capitalismo no século XVIII. Essa expressão surge no cenário sociopolítico por via das reivindicações dos pauperizados por melhores condições materiais de vida, todavia foi encarada pela burguesia e pelo Estado como uma situação pontual, uma “questão”, resolúvel com uma reforma moral do homem e da sociedade. (NETTO, 2001).

<sup>2</sup> Na entrada da década de 1960, segundo Netto (2005), o mercado de trabalho do assistente social se expande e se consolida, em decorrência das novas manifestações da "questão social", engendradas pelo processo de "industrialização pesada" ocorrido no governo JK e durante a ditadura militar. É nesse último período, por sua vez, que se constitui o processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Sobre esse período histórico para a profissão, Netto afirma que no âmbito das suas natureza e funcionalidade constitutivas, alteram-se muitas demandas práticas a ele colocadas e a sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais (donde, pois, a alteração das condições do seu exercício profissional); a reprodução da categoria profissional - a formação dos seus quadros técnicos - viu-se profundamente redimensionada (bem como os padrões da sua organização como categoria); e seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis (assim como as suas autorrepresentações). (2005, p. 115)

instrumentalidade contribui para a produção de intervenções que se reduzem a ações fatalistas, repetitivas e modelares.

A terceira parte do trabalho consiste em registrar o processo da pesquisa de campo, abordando os pressupostos metodológicos adotados, resgatando também os aspectos históricos ligados ao universo da pesquisa (O Conjunto Penal de Feira de Santana). Posteriormente, aponta os resultados da pesquisa, elegendo como foco das reflexões acerca da instrumentalidade, dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao cotidiano de trabalho visando desenvolver uma discussão a respeito dos principais limites e possibilidades enfrentados pelos assistentes sociais na unidade prisional.

A metodologia utilizada é o método crítico dialético, tendo em vista que o mesmo permite uma interação com o objeto pesquisado na tentativa de atingir sua essência, a partir de sucessivas aproximações. Utilizando como aspecto a ser analisado os limites e possibilidades do fazer profissional dos assistentes sociais do Conjunto Penal de Feira de Santana-BA, enfatizando a importância da instrumentalidade no trabalho cotidiano.

A pesquisa é de caráter qualitativo, que conforme Minayo (1996) não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Utilizamos a técnica de entrevista, visto que essa é uma maneira privilegiada de comunicação na pesquisa qualitativa. No estudo, optou-se pela entrevista do tipo semi-estruturada. Segundo Minayo (2013), caracteriza-se enquanto uma combinação de perguntas fechadas e abertas, o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

Para tanto foi utilizado também como instrumento no decorrer do estudo, a Pesquisa Bibliográfica. De acordo com Silva & Menezes (2001) entende-se “A pesquisa bibliográfica como sendo aquela [...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”. Foi consultada a base legal que fundamenta a profissão, o código de ética, juntamente com as legislações vigentes que trata do Serviço Social no sistema sócio-jurídico além do extenso material produzido pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), das prisões brasileiras realizado em 2009. A análise documental se fez necessário no desenvolver da

pesquisa, pois a partir dela, foi feito um levantamento a respeito da instituição, buscando compreender mais detalhadamente a sua trajetória histórica.

A discussão evidenciada pretende trazer para o debate os limites e as possibilidades do fazer profissional dos assistentes sociais no âmbito sócio-jurídico, com ênfase no Conjunto Penal de Feira de Santana, buscando tornar visível que os enfrentamentos estabelecidos dentro das instituições sociais, tais como- a unidade prisional devem ser direcionados para a crítica e desmistificação do processo de criminalização da pobreza, visão crítica às medidas disciplinadoras e punitivas, capacidade propositiva, investimento na pesquisa, ampliação dos espaços de organização política coletiva e produção de conhecimentos com base nas demandas. Longe de ser uma “tarefa fácil” e de esgotar a temática, o estudo pretende continuar seguindo suas considerações, principalmente refletindo acerca da atuação dos profissionais, do “poder” dos instrumentais, suscitando questões para pensar o Serviço Social num mundo em que os direitos estão dispostos na letra da lei mas não se democratizam na vida cotidiana de grande parcela da população, especialmente, a encarcerada, excluída e violentada.

## **CAPITULO 1: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E DESAFIOS PARA A PROFISSÃO**

Neste capítulo, apresentarei uma breve contextualização histórica do Serviço Social no Brasil, pontuando os principais marcos e transformações que incidiram ao longo do tempo no bojo da profissão. Resgatar a história não significa apenas rever os processos sociais que refletiram no fazer profissional. Considerar esses processos, é entender a história como movimento que influencia e produz determinações fundamentais seja do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. A profissão de Serviço Social no decorrer dos anos passa por profundas modificações e sofre um amadurecimento teórico-intelectual que repercutirá nas novas tendências para a profissão e em um exercício profissional significativamente comprometido com a classe trabalhadora.

Não podemos deixar de evidenciar que o Serviço Social como profissão sofre múltiplas determinações oriundas dos processos sociais e históricos e que estas mesmas determinações repercutem no âmbito de suas práticas, nos seus objetivos e nas suas configurações. Sendo assim, desde sua origem que datam os anos 30 aqui no Brasil até os dias atuais, temos mudanças substanciais que contribuíram para o fortalecimento do Serviço Social enquanto profissão. Sua origem é impulsionada com acontecimentos que marcaram e mudaram os rumos econômicos políticos e sociais no Brasil, como o forte processo de industrialização, a intensa concentração populacional nos grandes centros urbanos e a mobilização da classe trabalhadora diante as mazelas do sistema capitalista.

Essa relação do homem no mundo do trabalho vem se modificando no decorrer dos tempos, com a incorporação de novas técnicas, ferramentas e modelos de produção. Tais mudanças influenciaram diretamente na forma como determinadas categorias profissionais se reorganizaram no seu fazer profissional. Entendendo o Serviço Social enquanto uma profissão que se insere na divisão sócio técnica do trabalho este também vai ser atingido diretamente pelas modificações em curso. Vemos com isso mudanças, sobretudo, nas demandas que são postas no fazer profissional do assistente social, atribuindo-lhes novas funções frente ao processo de redefinição dos objetos e estratégias de intervenção.

### **1.1- Do Surgimento do Serviço Social no Brasil ao Movimento de Reconceituação: Principais Marcos Sócio-Históricos no Contexto da Profissão.**

O século XX foi constituído de grandes transformações políticas, econômicas, sociais, culturais no cenário mundial. A humanidade experimentou novas aquisições tecnológicas e enfrentou crises e guerras que marcaram a história da humanidade. É preciso sinalizar que a profissão de Serviço Social emerge em um contexto histórico determinado pelo crescente desejo de acumulação do capital pautado pelo largo processo de industrialização em um quadro de economia monopolista e de intervenção do Estado no campo social.

Como um dos grandes marcos nas primeiras décadas do século XX destaca-se a crise no comércio internacional ocorrida em 1929 com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, repercutindo negativamente aqui no Brasil, que experimentou no ano seguinte outra crise, ao qual podemos chamar de movimento outubro de 1930 ou revolução de 1930. Junto a tais acontecimentos, tem-se a mudança do modelo agrário-exportador e o forte processo de industrialização e modernização advindos, sobretudo da Segunda Guerra Mundial. Especificar os elementos históricos que ocorreram no Brasil entre esses anos, torna-se imprescindível para compreendermos a dinâmica ao qual o Serviço Social é implantado aqui no País.

Como resposta a tais crises, o sistema capitalista sempre implementa estratégias acompanhadas de uma forte inovação no campo da ciência e tecnologia, o que acaba intensificando as mazelas sociais contribuindo veementemente para o agravamento da questão social, caracterizada pela presença do forte crescimento do desemprego, o subemprego, a luta por meios de sobrevivência tanto na área rural quanto urbana. É nesse cenário de expansão do processo de industrialização e precariedade no mundo do trabalho que começam a aparecer as manifestações da questão social, ao qual precisava urgentemente ser controlada por parte do Estado. Entendendo a questão social como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada,

monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO,2005, p. 27).

A população operária era composta em sua maioria por imigrantes, que viviam marginalizados dentro das cidades, em condições precárias, incluindo o próprio ambiente de trabalho. Iamamoto & Carvalho (2013), apontam dentre tais condições a insalubridade, superlotação nos bairros e a falta de saneamento básico. Já as empresas em sua maioria funcionavam em prédios adaptados com poucas condições de higiene e segurança. O poder aquisitivo era outra problemática enfrentada por essa parcela da população, que mesmo quando somado entre todos os membros da família, tornava-se insuficiente para a própria subsistência. O que vai impulsionar a introdução de mulheres e crianças no mercado de trabalho para contribuir com a manutenção da família.

A partir das condições precárias em que viviam os trabalhadores, tornou-se necessário uma maior organização entre eles, com o objetivo de lutar por melhores condições. Com a exploração desenfreada advinda do sistema capitalista, os trabalhadores começaram a se unir em sindicatos e associações, imputando assim uma certa “ameaça” a organização do sistema. Tem-se de um lado o sistema capitalista com sua exploração abusiva, e doutro observa-se o proletariado que por não deter os meios de produção necessários a sua sobrevivência, vendendo obrigatoriamente a sua força de trabalho garantindo assim o seu sustento e de seus familiares. Tal organização é vista por (Martinelli, 2001), como a luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade. Motivados por tais desejos, os trabalhadores ampliaram o seu processo organizativo, despertando um certo “temor” entre a Burguesia, a Igreja e o Estado.

Foi a partir das mobilizações organizadas pela classe trabalhadora que fez surgir a necessidade da regulamentação jurídica do mercado de trabalho pelo Estado, onde para isso foram criadas as Leis Sociais. Mas vale ressaltar que tal criação não se deu sem que antes os movimentos sociais expressassem a sua insatisfação e se mobilizassem diante das mazelas oriundas do sistema capitalista baseada em uma economia da exploração. Lembrando que até então o Estado tinha a questão social como caso de polícia. Tal inquietação possibilitou mudanças na forma com o qual o Estado passou a se comportar frente a classe trabalhadora, que por sua vez ganha uma certa visibilidade no campo das políticas. Segundo

lamamoto (2005), a tentativa de controle da organização do proletariado implica que este seja reconhecido pelo Estado enquanto classe, e enquanto classe social espoliada. Em outras palavras, o modelo coercitivo da burguesia tinha de ser alterado em nome da defesa de sua hegemonia, sendo necessária a criação de mecanismos que possibilitassem uma integração entre as classes, objetivando, com isso, o seu controle.

Com relação ao trato que o Estado tinha diante as organizações trabalhistas, este variava de comportamento, hora sendo hostil no momento em que apoiava a repressão policial, e em outro momento desenvolvendo ações de cunho caridoso e assistencialista.

Mediante as mobilizações da classe trabalhadora é que o Estado juntamente com a classe dominante e a Igreja Católica se viram obrigados a agir frente ao agravamento da “questão social”, e para isso utilizaram-se do Serviço Social, sendo esta uma profissão criada inicialmente no intuito de manter e preservar os valores burgueses no que diz respeito a religião, a moral e a ordem pública. Sendo a Igreja Católica preponderante nesse momento de introdução do Serviço Social no Brasil, que de início sofreu influências do Serviço Social europeu e logo após do Serviço Social norte-americano representado pelas ideias da Assistente Social Mary Richmond, uma propulsora do método de atuação do Serviço Social de Casos Individuais.

De acordo com Yazbek (2009):

(...) a institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social. (YAZBEK, 2009:129)

A partir da busca pelo controle social que o Estado aliado ao empresariado e com o suporte da Igreja Católica operacionalizam a institucionalização e a legitimação do Serviço Social enquanto profissão. Yazbek (2009) destaca a relevância das iniciativas do Estado para a regulação das tensões entre as classes

sociais com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. O Serviço Social é criado pelo sistema capitalista no intuito de satisfazer suas necessidades, sendo o assistente social um profissional requisitado para manter a ordem, o controle tanto político quanto ideológico da classe trabalhadora.

Com relação ao caráter dual da profissão, Yazbek (2009) afirma que:

O Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Relação que (...), é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação. (YAZBEK, 2009:136).

A década de 30 marca o início do Serviço Social no Brasil, a partir daí, tem-se uma ordem de acontecimentos entorno da profissão que veremos a seguir. No ano de 1932, em São Paulo tem-se a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), onde por sua vez, foi muito bem aceito entre os jovens católicos que logo buscaram criar uma associação de ação social. No curso era possível aprender sobre filosofia, moral, legislação do trabalho, encíclicas etc. É esse mesmo centro que mais tarde funda e financia a primeira escola de Serviço Social no Brasil, além da criação de centros operários. O CEAS inicia suas atividades oficialmente com o Curso Intensivo de Formação Social para Moças. Ainda com relação a criação do CEAS, Iamamoto & Carvalho (2013) relatam que:

O objetivo central do CEAS será o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social”. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013: 179)

A criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil ocorreu em São Paulo no ano de 1936, tendo como propulsora a Igreja Católica que buscava recuperar seus privilégios até então perdidos pelas tensões ocorridas entre Estado e a própria Igreja. Na busca pela manutenção da ordem social, os assistentes sociais recém-formados em 1936 foram formados segundo os ditames da Igreja Católica. Sendo assim mantiveram sua atuação direcionada pela busca efetiva por mudanças de hábitos do indivíduo, com o objetivo de melhorar os comportamentos e enquadrá-los na ordem moral e social.

(...) Exemplos dessa articulação, na prática podem ser vistos através das atividades das assistentes sociais subindo os morros das favelas para levar as pessoas a regularizarem suas relações de casal por uma certidão de casamento ou certidão de nascimento dos filhos e a evitar relações consideradas promiscuas ou perigosas: era a ordem moral e social para harmonizar classes sociais e edificar a “boa família”, o “bom operário”, o “homem e a mulher sadia” (FALEIROS, 2005 P.13).

Apesar da participação considerável do CEAS e sua ligação com a criação da escola, IAMAMOTO & CARVALHO (2013) chamam atenção para a atuação e participação do Estado que a partir de convênios e parcerias com o próprio CEAS, buscou readequar a Escola de Serviço Social para a organização de Centros Familiares em 1939.

Vale lembrar que nesse momento a questão social era tratada como uma questão moral, de responsabilidade do indivíduo. Segundo Yazbek (2009), consistia em um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão social, que necessitava para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento.

Outro fato relevante no que diz respeito à trajetória do Serviço Social brasileiro é a criação da Lei nº 2.497, o Departamento de Assistência Social do Estado em 1935, que tinha como competências:

Superintender todo o serviço de assistência e proteção social; b) celebrar, para realizar seu programa, acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; c) harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos

particulares; d) distribuir subvenções e matricular as instituições particulares realizando seu cadastramento. (IAMAMOTO & CARVALHO 2013, pg. 185).

Já no ano de 1938, foi organizada a Seção de Assistência Social, que tinha como finalidade desenvolver atividades de reajustamento dos indivíduos ou grupos, aos padrões tidos como corretos. O Serviço Social de Casos Individuais foi bem explorado nessa época pelos assistentes sociais na realização do reajustamento do indivíduo.

Nota-se a partir daí um forte interesse por parte do Estado, na regulamentação do mercado de trabalho para os profissionais da assistência social, objetivando assim a racionalização da assistência social. A ação do Estado com relação aos profissionais nesse momento resultou na sua regulamentação, institucionalização e transformação em profissão legitimada na divisão social e técnica do trabalho.

Com o intuito de atender as necessidades das prefeituras de São Paulo tem-se a criação do Instituto de Serviço Social (SP), em 1940, fruto do desmembramento da Escola de Serviço Social. Tal instituto era destinado segundo lamamoto (2005) a formação de trabalhadores sociais especializados para o Serviço Social do Trabalho. O Estado juntamente com as instituições estatais e para-estatais aparecem como principais patrocinadores das bolsas cedidas aos estudantes na época. A dama de caridade deu lugar a um profissional reconhecido na divisão sócio técnica do trabalho e habilitado a vender sua força de trabalho no mercado.

De acordo com lamamoto & Carvalho (2013), uma diversidade de instituições e ações sociais foram criadas tendo como marco inicial a Primeira Semana de Ação Social do Rio de Janeiro, que ocorreu paralelo a criação da primeira Escola de Serviço Social em São Paulo em 1936.

Surgem cronologicamente, em 1937, o Instituto de Educação Familiar e Social – Composto das Escolas de Serviço Social (Instituto Social) e Educação Familiar – por iniciativa do Grupo de Ação Social (GAS), em 1938 a Escola Técnica de Serviço Social, por iniciativa do Juízo de Menores e, em 1940, é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery (escola federal). Em 1944, a Escola de Serviço Social, como desdobramento masculino do Instituto Social. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, Pg.192)

A presença maciça de representantes da Igreja Católica é significativa no processo de introdução do Serviço Social no Rio de Janeiro, sobretudo com a participação do Grupo de Ação Social (GAS). De acordo com Iamamoto & Carvalho (2013) foi a Igreja Católica quem recomenda nesse momento histórico que o Estado ofereça sua tutela a classe operária. Como resposta, o Estado reafirma o princípio da cooperação, utilizando para isso a sistematização da atividade social.

Cresce a preocupação entre a Igreja, o Estado e o empresariado, na busca pela formação técnica especializada que tornou-se uma necessidade para lidar diretamente com as manifestações da questão social advindas do acirramento do sistema capitalista. Como resposta a tal necessidade Iamamoto & Carvalho (2013) apontam que:

Ainda no ano de 1936 é realizado o primeiro curso “intensivo de Serviço Social”, com a duração de 3 meses, contando de uma série de palestras sobre temas sociais, legais, educacionais e médicos, com ênfase para o problema da “infância abandonada”. Paralelamente realizou-se um curso prático de Serviço Social para cuja realização foram requisitadas as duas primeiras Assistentes Sociais paulistas recém-formadas na Bélgica. Em 1938, começa a funcionar sob orientação leiga o curso regular da Escola Técnica de Serviço Social, que diploma sua primeira turma em 1941. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, Pg. 196)

No ano de 1940, tem-se a introdução do curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery. Curso esse que segundo Iamamoto & CARVALHO (2013), deu origem à Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil, sendo a primeira iniciativa direta do governo federal para a formação de Assistentes Sociais. Ainda na década de 1940, ocorre o surgimento de várias escolas de Serviço Social nas capitais do Estado. Observa-se aqui a forte influência advinda das duas primeiras escolas, a começar pela direção destas que era constituída de suas ex-alunas. Uma novidade com relação ao financiamento das bolsas dessas novas entidades é a participação da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Apesar dos esforços conjuntos na formação de profissionais da assistência social, com a implantação de novas escolas, verifica-se um número significativamente baixo de profissionais diplomados.

A existência de Assistentes Sociais diplomados se limitará por um longo período quase apenas no Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que mesmo aí seu número é pouco significativo. Até 1947, as escolas católicas de Serviço Social do Rio de Janeiro haviam diplomado 40 Assistentes Sociais. As duas de São Paulo, 196, e o Curso de Trabalho Social da Escola de Enfermagem Ana Nery, 9, até 1949, não se possuindo o número exato dos formados pela Escola Técnica de Serviço Social, presumivelmente bastante reduzido. (IAMAMOTO & CARVALHO, 20013, pg. 198).

As atuações dos primeiros assistentes sociais são estritamente de cunho doutrinário e assistencial. Tal fato não é de se causar espanto, uma vez que essa era a forma ao qual a Igreja Católica intervia na questão social, e como a Igreja sempre esteve envolvida nos primeiros passos do Serviço Social, grande parte da atuação desses profissionais também foi pautada seguindo a doutrina social da Igreja Católica. Outro fato que contribuiu para esse modelo de atuação profissional é a forte influência europeia, que permeava a formação dos primeiros assistentes sociais, através do modelo franco-belga, com base nos princípios tomista e neotomista.

Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo (retomada em fins do século XIX do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista “aplicá-lo” às necessidades de nosso tempo<sup>3</sup>).

Na perspectiva da formação profissional neste período histórico, é necessário também frisar a enorme interferência das influências norte-americanas no ensino do Serviço Social brasileiro, modificando significativamente as propostas curriculares do ensino da profissão. Iamamoto & Carvalho (2013) salientam a importância do

---

<sup>3</sup> Ver Yasbek (2009: 145 e 146), quando trata dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.

Congresso Interamericano de Serviço Social que aconteceu em 1941 nos Estados Unidos.

A partir desse evento se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as principais escolas de Serviço Social brasileiras com as grandes instituições e escolas norte-americanas e os programas continentais de bem-estar social. No que se refere às modificações curriculares, se observa o estabelecimento de um processo que reaparece seguidamente: volta de um bolsista que realiza curso nos Estados Unidos, introdução de uma nova matéria no currículo (ou reorganização de alguma com a qual se assemelhava) da Escola à qual está ligado, introdução do currículo mínimo recomendado pela ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – 1946), institucionalização pelo currículo mínimo exigido pelos órgãos competentes do governo. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, p. 240-242)

O Serviço Social passou a se apropriar dos ideários positivistas, além de instrumentalizar-se tecnicamente com os métodos de atuação direcionada ao Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade<sup>4</sup>. As determinações históricas e estruturais não são levadas em consideração, o que acaba neutralizando e distanciando o profissional da realidade. A prática era direcionada por um viés tecnicista, fundamentada na busca por neutralidade e distanciamento dos problemas postos.

Muitos dos aspectos anteriores do Serviço Social pautados pela concepção doutrinária ainda permaneceram mesmo com a incorporação das novas técnicas advindas do Serviço Social norte-americano. A busca pela manutenção da ordem vigente, sua característica moralizadora de ajuste social, a luta pelo reenquadramento social foram elementos significativos em um período histórico marcado pelo projeto reformista conservador.

Neste contexto de uma série de reformas sociais de caráter conservador, a década de 40 foi marcada pela implantação de instituições que também pudessem disponibilizar atendimento às famílias para prover suas necessidades. lamamoto &

---

<sup>4</sup> Por muito tempo se utilizou o arcabouço teórico-metodológico da Sociologia Norte Americana de cunho empirista/psicologista/interacionista e pragmático no sentido de fazer reformas a manter a ordem da sociedade burguesa onde se utilizavam de procedimentos técnicos de Caso, Grupo e Comunidade a fim de adequar o indivíduo ao sistema, não possuindo assim uma atitude autocrítica com relação à base estrutural do problema que é o modo de produção. Todavia foi essa concepção metodológica que laicizou o Serviço Social da Doutrina Social da Igreja Católica.

Carvalho (2013) destacam a importância da criação de uma das instituições sociais em nível nacional mais relevantes na história do Serviço Social brasileiro- a Legião Brasileira de Assistência (LBA) constituída em 1942. A LBA, contribuiu fortemente para a expansão do ensino de Serviço Social.

A primeira grande instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência, é organizada em sequência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo declarado será o de “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra”. Surge a partir de iniciativa de particulares logo encampada e financiada pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil) e o concurso das senhoras da sociedade. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, pg. 265).

Constatamos que a Igreja juntamente com o Estado e a burguesia, influenciaram na atuação do Serviço Social brasileiro e na formação de sua identidade profissional. Ao longo de um processo histórico de lutas sociais e num quadro de plena ditadura militar no Brasil foi possível por dentro da profissão começar um movimento de questionamento das práticas conservadoras, positivistas e acríicas que permearam a profissão por um longo período. A crítica voltava-se para uma postura pretensamente neutra e asséptica, comprometida no campo da intervenção com a implementação de modelos e técnicas inadequados com a realidade latino-americana

De acordo com Netto (2005):

[...] é inconteste que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. Netto (2005, pg.168).

A necessidade de um processo de Renovação do Serviço Social não esteve desconectada dos processos históricos marcados pela autocracia burguesa, um quadro caracterizado pelo movimento de modernização conservadora, incremento da industrialização com abertura de mercado para o capital estrangeiro e amplo apelo ao desenvolvimento do país. Este mesmo panorama apontava para um aumento expressivo da incorporação de assistentes sociais no mercado de trabalho brasileiro. A demanda era por profissionais comprometidos com a eficiência técnica e com noções de planejamento social e administração de benefícios buscando romper com todo o ideário pautado na religiosidade de nossa formação. Um dos principais traços que caracteriza o processo de Renovação profissional é a busca pela laicização<sup>5</sup>.

Para Netto (2005), o processo de Renovação nada mais é que:

(...) um processo global, que envolve a profissão como um todo – as modalidades da sua concretização, decorrência da laicização mencionada, configuram, todavia, perspectivas diversificadas: a renovação implica a construção de *pluralismo profissional*, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que eles se prendem. (NETTO, 2005, pg. 131)

Observa-se no contexto histórico estudado uma busca pela validação teórica e uma aproximação com as Ciências Sociais. De acordo com Netto (2005), a profissão mesma se põe como objeto de pesquisa, num andamento antes desconhecido – é só no marco desta abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal.

A industrialização pesada que ocorreu no Brasil ao final dos anos cinquenta, refletiu no Serviço Social a partir da incorporação de novas demandas de intervenção perante a questão social. O Serviço Social tradicional já se encontrava estagnado em suas práticas interventivas, sobretudo em abordagens individuais e grupais. A novidade profissional consistia em “mergulhar” nas ações desenvolvidas

---

<sup>5</sup> Nos anos 60 e 70 a profissão sofre o processo de renovação de suas bases teórico-metodológicas no sentido dessas possibilitarem maior apreensão da realidade excludente a qual se vivia [e se vive]. Percebeu-se que o assistencialismo não consistia em ser um método, mas sim um dogma religioso. Nesse momento, o Serviço Social passa a se distanciar da Doutrina Social Católica, processo de laicização (NETTO, 2005), porque a mesma não evidenciava as desigualdades existentes como fruto do modo de produção capitalista, mas sim, como problema de caráter pessoal do indivíduo.

no âmbito das Comunidades, com o fomento das agências internacionais reforçando ideologicamente o lema do desenvolvimento. A partir daí surgem disciplinas sociais voltadas a sensibilizar o profissional perante as problemáticas no nível macrossocial. Além disso, tem-se a inserção do assistente social em equipe multiprofissional.

Netto (2005) menciona que o processo de Renovação da profissão aponta três perspectivas existentes no bojo da profissão, são elas: A Perspectiva Modernizadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura.

A perspectiva modernizadora, expressa uma tentativa de consolidar o Serviço Social em conformidade aos rumos sócio-políticos oriundos do período ditatorial. Esse momento é marcado por encontros organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação Técnica), na segunda metade da década de 1960, onde deu-se início seminários de teorização, dentre os principais: os encontros de Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Vale ressaltar que as ideias da perspectiva modernizadora, começaram a aparecer desde o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre no ano de 1965.

Os textos finais desses dois encontros – o Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis - possuem, (...), características e ênfase diferenciadas, mas podem perfeitamente ser tomados como a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto) representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominante e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração. (NETTO, 2005, pg.165)

Segundo Netto (2005), o documento de Teresópolis retrata o assistente social como um “funcionário do desenvolvimento”. Observa-se que ambos documentos Araxá e Teresópolis, estavam fortemente ligados aos ditames do regime instaurado, no intuito de responder as suas demandas no campo sócio-político. Não houve uma busca pela construção de uma nova organização societária. Para Netto (2005), o documento de Teresópolis equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da “modernização conservadora”<sup>6</sup> conduzida pelo Estado ditatorial

---

<sup>6</sup> A vertente modernizadora é assinalada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmica (com base na matriz positivista), dirigidas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento

em benefício do grande capital (...). Nota-se a partir daí, o quanto o Serviço Social foi utilizado como um suporte às políticas desenvolvimentistas.

A perspectiva modernizadora possuía em seu bojo, abordagens de cunho funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, objetivando a integração do homem à sociedade pretendendo “tratar” a pobreza e da marginalidade.

De acordo com Netto (2005) foi durante os seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista realizado em 1984, que a perspectiva de Reatualização do Conservadorismo foi apontada como uma tendência teórico-metodológica no campo da profissão. A perspectiva de Reatualização do Conservadorismo – considerada por Netto (2005): “(...) como uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana” (p.157).

A Reatualização do Conservadorismo caracteriza-se por uma aproximação com a fenomenologia, que para Netto (2005) “(...) faz-se legatária das características que conferiram à profissão um traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade (...)”. (p. 157).

A fenomenologia de acordo com Barroco (2003) se apresenta como método de ajuda psicossocial fundado na valorização do diálogo e do relacionamento [...] e o marco referencial teórico dessa metodologia é constituída por três grandes conceitos: diálogo, pessoa e transformação social.

A terceira perspectiva do processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, é a Intenção de Ruptura, que diferentemente das anteriores, apresenta uma crítica profunda ao tradicionalismo da profissão, aos suportes teóricos metodológicos e ideológicos que serviram de parâmetros para a atuação profissional tradicional. Tal perspectiva apontava a necessidade de superação do positivismo e do conservadorismo vinculados à profissão.

Vale lembrar que a perspectiva de Intenção de Ruptura no Brasil sofreu fortes influências do pensamento latino-americano já reconceitualizado no final da década

de 60 e início de 70. O Movimento de Reconceituação foi caracterizado como um processo de questionamento sobre o papel social da profissão em face às expressões da questão social, produzindo uma adequação do aparato teórico e procedimentos metodológicos tradicionais frente à realidade social latino-americana fortalecendo o vínculo da profissão com a classe trabalhadora – considerada como nova protagonista na cena político-social. Segundo Reis (2002):

A chegada entre nós dos princípios e idéias do *Movimento de Reconceituação* deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. É sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, trocando-a por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”. (p. 409).

Não devemos deixar de atribuir a relevância do Método de B. H (Belo Horizonte) no interior da perspectiva da Intenção de Ruptura. Mesmo diante de um cenário de ditadura, nos anos de 1972 a 1975, o método foi elaborado na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais procurando criticar tanto no campo teórico quanto na prática o Serviço Social tradicional.

[...]eles elaboraram um crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem [...] em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação. (NETTO, 2005, pg. 263)

Pode-se assim dizer que a *perspectiva de Intenção de Ruptura* –se caracteriza como uma crítica sistemática aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos do tradicionalismo, segundo Netto (2005) se contextualiza em três fases: a emersão, a consolidação acadêmica e o espraiamento, enfatizando que a perspectiva de intenção de ruptura só foi consolidada na década de 80, período em

que o cenário de redemocratização do Brasil representava um solo fértil à construção de um Serviço Social crítico.

Nesse sentido, na década de 80, a partir do movimento de Redemocratização do país, o Serviço Social brasileiro desenvolve uma perspectiva crítica de construção de uma nova base teórico-metodológica da profissão, que passa a desenhar o chamado projeto ético-político da profissão. Segundo Netto (2005):

É precisamente este “Serviço Social Crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo no paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas. É este “Serviço Social crítico” que dispõe de hegemonia na produção teórica do campo profissional (resultado do forte investimento na pesquisa), desfruta de audiência acadêmica nacional e internacional e goza de respeitabilidade pública, inclusive pela sua intervenção política. É este “Serviço Social crítico”, ele mesmo diferenciado, marcado por polêmicas e debates internos, diversificado teoricamente e ideologicamente plural que, no Brasil contemporâneo, expressa o *espírito* da Reconceituação e não há nenhum exagero em afirmar que, sem o movimento dos anos 1960/1970, tal Serviço Social não existiria. (p. 18).

O projeto ético-político da profissão avança na década de 80 em função da construção de elementos que o matizaram entre a categoria profissional, destacando-se a elaboração do Código de Ética Profissional de 1986, que constitui na primeira tentativa de tradução da inversão ético-política do Serviço Social, referenciando o seu compromisso com a classe trabalhadora. De acordo com Reis (2002) o Código de Ética de 1986: “(...) soava muito mais como uma carta de princípios e de compromissos ideopolíticos do que um código de ética que, por si só, exige certo teor prático-normativo”. (p. 410).

A consolidação do projeto ético-político pode ser circunscrito ao período da década de 90 que representa a maturidade profissional através do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação que ampliam a produção de conhecimento científico; além da maturidade político-organizativa da categoria através da configuração do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação da profissão de 1993, além dos Congressos Brasileiros de Serviço Social, que configuram espaços de

debate e intercâmbio na produção científica. A seguir brevemente será apresentado o cenário da profissão na contemporaneidade e os desafios postos ao processo contínuo de consolidação do projeto ético-político.

### **1.2- A Perspectiva Crítica no Âmbito do Serviço Social Brasileiro: Algumas Considerações sobre o Avanço do Projeto Ético-Político na Profissão.**

O processo de questionamento das bases tradicionais do Serviço Social, que encontrou radicalidade na perspectiva de “intenção de ruptura”, longe de se traduzir num simples propósito de alteração de caminho, foi se consolidando a partir do reiterado exercício de apropriação de teorias capazes de explicar o significado social da profissão, inserida nos marcos da ordem burguesa. Foi por esse exercício de apropriação de uma teoria social, capaz de subsidiar a correta leitura da realidade, que se deu a interlocução do Serviço Social com o marxismo, com as fontes originais de Marx e com a teoria social crítica contemporânea.

A conjuntura da década de 1980 mobilizou forças no sentido de buscar uma leitura que conseguisse subsidiar a análise da realidade social, potencializada pela decadência do ciclo autocrático e pela efervescência de tendências democratizantes que cobriam aqueles anos. Foi justamente o acúmulo crítico dessa vivência profissional que, em meados dos anos 1990, inaugurou a apropriação ontológica da vertente crítico-dialética, matizada pelos processos anteriores de aproximação da tradição marxista e da teoria marxiana. Sua resultante traduz-se na busca da essência do real para, a partir da apreensão dos seus fundamentos, estabelecer uma profunda ruptura com o conservadorismo e efetivar um novo rumo ao projeto profissional, afinado às aspirações democráticas e populares da classe trabalhadora.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas[...]. (NETTO, 1999, pg.4)

A importância da constituição do projeto ético-político no âmbito da profissão é incontestável, propondo um conjunto de valores e direcionamento crítico no exercício profissional. Evidente que algo de tamanha relevância não pode ser pensado no campo da individualidade, nem em um curto período de tempo. O projeto é fruto de uma construção histórica permeada por um cenário de lutas coletivas, donde sua construção ocorre por meio da participação coletiva. O Serviço Social brasileiro possui privilegiadamente a participação sistemática e assídua das organizações e entidades representativas nos processos políticos e sociais, destacam-se: o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social respectivamente), ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), além da existência dos sindicatos. São essas organizações que conferem credibilidade e solidez, além de conquistar o respeito por parte da sociedade como um todo. Quanto mais organizado for o corpo profissional mais credibilidade e aceitabilidade terá o projeto profissional.

Com relação ao sujeito coletivo que constrói o projeto profissional, Netto (1999), destaca que este:

“Constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. (NETTO,1999, pg,5)

A heterogeneidade nesse processo é fundamental para a criação de um projeto político direcionado a um público que também se configura com características diversas. Pelo fato do corpo profissional ser constituído de pessoas diversas, e de diferenciados pontos de vistas, é comum que haja conflitos, divergências e contradições no decorrer da construção de um projeto profissional. Poderá ocorrer a existência de projetos alternativos apresentados por uma parcela

desse corpo profissional. Para Netto(1999) mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo. Nesse sentido faz-se necessário que seja respeitado o pluralismo de ideias, posicionamentos e posturas diversas no decorrer da construção do projeto ético-político. Netto (1999) chama atenção para que:

[...] este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemônias legitimamente conquistadas. (NETTO,1999, pg.6)

É importante ressaltar que tais projetos, não se encontram estagnados no tempo, é possível que exista no interior de cada projeto, adequações que respondam as novas demandas de cada tempo, ou seja, os projetos podem se renovar ou se modificar a depender das necessidades sócio históricas. Vale lembrar que tais projetos não são formulados sem que antes passe por divergências, lutas, contradições no seu interior.

[...] O Projeto Ético-Político Profissional é fruto de um processo histórico de lutas pela construção de sua hegemonia e explicita contradições e matizes diferenciados de análise em um campo plural, que combate e recusa o ecletismo e, portanto, o liberalismo. O debate permanente de ideias pressupõe conflitos e tensões saturados de embates teóricos, ideopolíticos e de método de análise, compreensão e interpretação da realidade, a serem preservados, para o avanço da perspectiva de profissão, que historicamente vimos construindo nos últimos 30 anos no projeto denominado "intenção de ruptura (NETTO,1995 Apud ABRAMIDÉS, 2006)

O projeto profissional para Netto (1999) é constituído com a formulação de um pacto entre os membros de determinada profissão, uma espécie de acordo sobre aspectos imperativos (componentes obrigatórios) e indicativos (quando não há um consenso mínimo).

A recusa e a crítica ao conservadorismo profissional que se propagou pelo final da década de setenta e início da década seguinte, abriu caminho para a construção do novo projeto ético político. Tanto a origem do projeto quanto seu direcionamento foram fortemente impulsionados pelas lutas da classe trabalhadora,

que buscam melhores condições de trabalho, moradia, direitos sociais, previdenciários etc. Junto a isso, soma-se a derrota da ditadura que deu origem a uma abertura política, proporcionando condições políticas para a construção do novo projeto. O cenário de democracia propiciou à categoria profissional construir um projeto diferente dos anteriores que somente respondiam aos interesses das classes dominantes. Tal projeto de acordo com Abramides (2006) prevê uma nova ordem social sem exploração de classe, sem opressão social, de gênero, etnia e raça.

[...] o Projeto Profissional somente adquire concretude se analisando a partir da conjuntura sócio histórica de cada período nas múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais no âmbito das contradições e interesses das classes sociais em disputa na sociedade brasileira. (ABRAMIDES, 2006)

A reforma universitária imposta no período ditatorial possibilitou a legitimação do Serviço Social no meio acadêmico. Surgimento dos cursos de pós-graduação, doutorado e as especializações fortalecem a consolidação de conhecimento do Serviço Social brasileiro com total aproximação com as Ciências Sociais. A partir da formação de uma considerável massa crítica no interior da profissão foram se constituindo produções teóricas inspiradas na tradição marxista e compatíveis com o processo de ruptura visando o desmantelamento do conservadorismo.

Nessa direção Netto(1999) aponta a preocupação que se teve com a formação profissional, como é o caso da reforma curricular de 1982. O que estava em curso era a criação de um novo perfil profissional capaz de lidar com as antigas e novas demandas da sociedade de modo eficaz e competente.

Todos esforços foram dirigidos no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas seja pelo enfrentamento, num marco democrático, da “questão social” exponenciada pela ditadura, seja pelas exigências intelectuais que a massa crítica em crescimento poderia atender. (NETTO, 1999).

Ocorreu segundo Netto (1999), uma ressignificação de antigas modalidades prático-interventivas, além do surgimento de novas áreas de intervenção

profissional. Vale ressaltar que a formação dessa massa crítica somado ao redimensionamento envolto da formação profissional não foram unicamente responsáveis pelo processo de alargamento da prática profissional. Um outro ponto importante citado por Netto (1999), foi a conquista de direitos sociais e humanos advinda do próprio processo de restauração democrática na sociedade brasileira.

No intuito de consolidar as conquistas, as vanguardas profissionais formularam o código de ética de 1986. Porém, os avanços apresentados nesse código se concentraram no campo político, não dando ênfase aos processos éticos e profissionais. Daí a necessidade de sua revisão que originou o novo código de ética em 1993. Segundo Netto(1999), o atual código de 1993, superou as unilateralidades e limites do código de 1986, constituindo-se enquanto um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

A estrutura básica do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, formou-se entre os anos oitenta aos anos noventas da década de XX. Tendo a liberdade como valor central, vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. Afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, reconhecendo o pluralismo tanto na sociedade quanto na atuação profissional.

Com relação a dimensão política do novo projeto tem-se que:

[...]ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO,1999, pg.16)

Já no que diz respeito a dimensão profissional, há uma preocupação com o seu aperfeiçoamento a partir de uma formação acadêmica qualificada objetivando assim uma intervenção eficaz, capaz de viabilizar uma análise crítica da realidade. A

relação com os usuários deve respeitar os princípios de publicização, democratização e universalização na busca por melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. De acordo com Netto(1999), *“pode-se afirmar que este projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social no Brasil, na década de noventa do Século XX”*. É importante lembrar que tal consolidação não oferece ao projeto, o caráter imutável, tendo em vista que esse poderá e deverá sofrer ajustamentos no decorrer dos processos históricos.

A ofensiva neoliberal apresentou-se principalmente a partir de meados da década de 1990, uma ameaça constante à hegemonia conquistada pelo projeto ético político. O neoliberalismo na defesa de seus interesses acaba por liquidar direitos sociais, seguido de privatizações estatais, sucateamento dos serviços públicos e a implementação de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população.

A manutenção de tal projeto, assim como o seu aperfeiçoamento, não depende única e exclusivamente da categoria profissional de assistentes sociais. Estes dependem do apoio, da participação direta e do fortalecimento do movimento democrático e popular que se fez tão importante na constituição de tal projeto. Ao profissional cabe conhecer suas atribuições incluindo as privativas, tendo em vista que um profissional que não conhece suas competências e atribuições pautadas na base jurídica, ética e legal tende a fragilizar o projeto profissional.

### **1.3- A Base Jurídico Legal da Profissão e sua Importância para o Fortalecimento Projeto Ético- Político**

Todo resgate histórico com relação ao Serviço Social brasileiro feito até aqui serve como parâmetro para avançarmos no debate mais contemporâneo, com suas demandas e perspectivas. Como foi possível ver, desde a origem até os dias atuais o Serviço Social brasileiro passou por mudanças substanciais que interferiram positivamente no seu projeto ético político atual. Ao todo, somam-se cinco códigos de ética divididos entre os anos de 1947,1965,1975,1986 e 1993. Faremos a seguir uma retomada a respeito do que trata cada um desses códigos, dando uma maior

ênfase ao último que perdura até os dias atuais direcionando o exercício profissional de Serviço Social.

O código de ética profissional merece destaque na discussão do Serviço Social brasileiro, o mesmo é um instrumento que serve como referência ao profissional, norteando as suas práticas, donde é possível identificar os valores e diretrizes que foram criadas coletivamente, pressupondo respeito ao pluralismo no interior da categoria profissional.

O primeiro código de ética da profissão foi aprovado em Assembleia Geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), em 29, de setembro de 1947. É possível observar no decorrer dos parágrafos desse código, a sua intensa ligação com o humanismo católico e o trato da moral para com as pessoas vistas como desajustadas. Dentre os deveres para com os beneficiários do sistema, nota-se o respeito a dignidade da pessoa humana, respeito esse inspirado na caridade cristã. Ainda com relação aos beneficiários observava-se uma intervenção ligada a caridade e aconselhamentos. Na redação deste código, os usuários do sistema aparecem como beneficiários, ou seja, a lógica do direito não se faz presente no contexto estudado. A forte relação com a doutrina Social da Igreja Católica é reforçada no texto em vários momentos especialmente quando se trata dos deveres fundamentais do assistente social que seria:

Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus. (CÓDIGO DE ÉTICA, 1947)

O primeiro código de 1947 refletiu fortemente a influência da doutrina social da Igreja Católica no processo de formação profissional. O código posterior- datado de 1965 e todos os demais códigos demonstraram em seus conteúdos as múltiplas determinações sociais, políticas e econômicas de cada conjuntura histórica e suas repercussões nas ações profissionais.

O código de 1965 traz a necessidade da requisição técnica e científica sendo aprovado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, em 8 de maio de 1965, e já chamava atenção de início para a amplitude que a profissão havia

tomado, fato que demandava dos profissionais maiores responsabilidades a serem adotadas na sua atuação. Nos pressupostos do Código estavam explícitas as bases teóricas e metodológicas fundamentadas nas teorias positivista/funcionalista que defendiam uma intervenção social voltada para o diagnóstico presa ao campo da aparência das problemáticas sociais.

É importante lembrar que o Brasil estava vivenciando um processo efervescente proclamado pela ditadura que se instaurou em 1964, modificando por completo o cenário político-social. E é em meio a esse contexto de perdas de poderes políticos, que o código de ética é instaurado ao mesmo tempo em que a profissão começava a deflagrar o Movimento de Reconceituação.

Segundo Bonetti (2005), a partir da promulgação do código de ética de 1965, e a legalização do exercício profissional<sup>7</sup> houve uma mudança no perfil do Assistente Social passando a ser guiado pelos princípios da harmonia, paz social e equilíbrio.

A reformulação do código de 1965, veio após dez anos, e em 1975, era aprovado o novo Código de Ética. No código de 1975 nota-se a prevalência de muitas concepções implícitas nos códigos anteriores, principalmente no que diz respeito a orientação metodológica e filosófica, que visava a harmonia, estabilidade, neutralidade e correção de desníveis sociais, dentre outros preceitos. A postura profissional centra-se na atuação acrítica do profissional perante a tentativa disciplinadora recomendadas pelas ações do Estado. Para Bonetti (2005) *o código tornou-se um “herdeiro e mantenedor, em certa medida, numa linha de continuidade, da moral profissional preconizada desde 1947”*.

O código que por ventura substituirá o de 1975, foi aprovado em 1986 e diferentemente dos anteriores, este demonstra uma nítida aproximação com um projeto que busca efetivar uma crítica ao conservadorismo presente nos códigos anteriores e reconhece a dimensão política presente na prática profissional. Através de um longo processo histórico, o tradicionalismo gradativamente foi sendo substituído pelo referencial marxiano e pela contribuição marxista. A pretensa neutralidade profissional é destituída a partir do claro compromisso ético-político da profissão com a classe trabalhadora.

---

<sup>7</sup> O exercício profissional passou a ser regulamento em território nacional pela lei nº 3.252 de 27 de agosto de 1957.

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na constituição de 1988), passou a exigir uma melhor explicação do sentido imanente do Código de 1986. (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993).

Apesar de reconhecer os avanços contidos no código de 1986, sentiu-se a necessidade desde o fim dos anos oitenta produzir a revisão que em 1993 deu origem ao novo código de ética em vigência até os dias atuais. Tal revisão segundo prevê o próprio código de 93, reafirma os valores fundantes ligados a liberdade e justiça social, elegendo a democracia como o único padrão de organização político-social capaz de assegurar os valores essenciais da liberdade e da equidade.

Podemos assim dizer que a base jurídico-legal que norteia a atuação profissional é constituída pelo próprio código de ética e pela lei que regulamenta a profissão a lei 8.662, de 7 de junho de 1993. Pode-se também considerar como base legal, a Constituição Federal de 1988 contendo discussões pertinentes a respeito da democracia e das políticas públicas, além dos inúmeros textos de políticas, portarias, normatizações, dentre outros instrumentos legais.

Compartilhamos da afirmativa de Iamamoto (2005) ao problematizar a democracia revelando que a mesma:

[...] envolve a luta pela ampliação da cidadania, com vistas à efetivação dos direitos civis, políticos e sociais de todos os cidadãos. Uma cidadania para todos, extensiva ao conjunto dos segmentos trabalhadores na sua heterogeneidade. Mas também uma cidadania impulsionadora de novos direitos, que contribua na luta para a ampliação da legalidade institucional. (IAMAMOTO,2005, pg.142)

É importante lembrar que todas as leis citadas foram frutos de sucessivas lutas e mobilizações dos movimentos sociais e da categoria profissional reivindicando melhores condições de sobrevivência.

Dentre os princípios fundamentais presentes no novo código tem-se a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do autoritarismo; posicionamento em favor da equidade e justiça social e o compromisso com os serviços prestados à

população. Tais princípios solidificam uma luta em defesa das conquistas sociais já consolidadas com a Constituição Federal de 1988, além de buscar garantir a dimensão de universalidade presente nas políticas públicas, fazendo um enfrentamento direto aos “ataques” propostos pela ofensiva neoliberal que preconizam a privatização, a redução dos gastos sociais e um amplo programa de políticas focalizadas.

O processo de mudança do perfil profissional dos assistentes sociais esteve diretamente ligado às modificações sócio históricas ocorridas em escala mundial na década de 1990. Com isso, a categoria profissional passou a discutir estratégias de enfrentamento e respostas diante das novas<sup>8</sup> expressões da questão social.

Quiroga (1999) destaca que ao profissional cabia enfrentar os novos desafios no cotidiano de sua prática profissional, reconhecendo que tais modificações na sociedade brasileira rebatem diretamente no atendimento da população usuária. De maneira semelhante, Yazbek (2000), chama atenção para o aparecimento das novas expressões da questão social originadas por um conjunto de fatores presentes na lógica do capitalismo contemporâneo com a globalização da economia, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, o desemprego estrutural, o aprofundamento da desigualdade social e o aumento da exclusão social. Dessa forma, para Yazbek (2000) “o Serviço Social se vê confrontado e desafiado a compreender e intervir nessa sociedade de transformações configuradas nas novas expressões da questão social”. A partir dos desafios citados estão presentes na dinâmica da profissão a necessidade de novos direcionamentos relacionados ao campo da prática profissional na contemporaneidade e que exige do assistente social:

[...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalhos criativas e capazes de preservar e efetivar

---

<sup>8</sup> Para Netto (2001:48), inexistente qualquer “nova questão social” e sim “a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser”. Pastorini (2007) enfatiza que da mesma forma que crescem as desigualdades, temos o aumento das lutas cotidianas por trabalho digno, acesso a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, questionamento das diferenças étnico-raciais, gênero, diversidade sexual e religiosa. Questões essas que dão origem aos chamados “novos sujeitos”, “novos usuários”, “novas necessidades” que transformam a sociedade após a década de 1970.

direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizada. (IAMAMOTO, 2005:20)

A autora sinaliza que os desafios para a efetiva implementação do projeto ético-político do Serviço Social são muitos, posto que ele se encontra na contramão do neoliberalismo e, aponta como estratégia para a sua defesa, a articulação entre “as dimensões organizativas, acadêmicas e legais, que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho cotidiano. Faz-se necessário, portanto: uma análise apurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, num radical esforço de integrar o dever ser com a objetivação desse projeto, sob o risco de se deslizar para uma proposta idealizada, porque abstraída da realidade histórica, não consegue apreender as particularidades, determinações e mediações que incidem no processamento dessa especialização do trabalho coletivo.

Para a autora é necessário que em seu trabalho cotidiano, o Assistente Social identifique, nas situações singulares com que se depara, a viabilidade da direção social que está impressa no projeto profissional, ou seja, o profissional deve se apropriar do potencial renovador do Serviço Social para afirmar os direitos sociais conquistados, respeitando as reais necessidades e interesses dos usuários do Serviço Social, tendo como finalidade contribuir para a legitimidade social da profissão, para a ampliação dos espaços ocupacionais e reforço da identidade do Assistente Social. A seguir, o próximo capítulo abordará a discussão da instrumentalidade e suas potencialidades no espaço sócio-ocupacional, em especial nas Unidades Prisionais, trazendo reflexões acerca de sua importância que vai para além de um “arsenal” de técnicas e instrumentos, como uma propriedade sócio-histórica da profissão, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais) constituem-se numa condição concreta de reconhecimento social da profissão.

## CAPÍTULO 2: TECENDO CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INSTRUMENTALIDADE DO(A), ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DAS UNIDADES PRISIONAIS: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA.

Nas reflexões anteriores foram apresentados os principais marcos históricos vinculados à trajetória do Serviço Social no Brasil e as modificações ocorridas no interior da profissão frente às novas configurações produzidas pela lógica do capital. A proposta do presente capítulo consiste em propor um diálogo, pensando e (re)pensando a relevância da dimensão técnico operativa no fazer profissional do Assistente Social.

Discutir a respeito da instrumentalidade tornou-se fundamental nesse trabalho, por entender que o profissional no seu fazer prático, lança mão de sua capacidade teleológica<sup>9</sup>, além de possuir um arcabouço de ferramentas disponíveis para a resolução das demandas postas em seu cotidiano. Esse processo de escolha das técnicas e ferramentas a serem utilizadas, é um ponto crucial da ação do assistente social, determinando os procedimentos a serem seguidos e a maneira como o profissional pretende chegar a uma solução da demanda. Uma escolha inconsciente ou desconecta do projeto ético-político, pode gerar um desconforto seguido de uma atuação vinculada ainda com os resquícios conservadores do passado recente da profissão.

### **2.1 – A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: Desafios contemporâneos**

Precisamos pontuar o significado e a importância da aproximação do Serviço Social com a teoria marxiana e a contribuição marxista contemplando o seu comprometimento em defesa da classe trabalhadora e da própria base jurídico legal da profissão- especialmente a partir de 1986 e 1993 (Código de Ética e Lei de

---

<sup>9</sup> O homem por ser o único animal que fabrica os seus instrumentos de trabalho alarga as suas potencialidades e pode realizar feitos que não poderia sem os instrumentos por ele fabricados. Tal capacidade estabelece firme distinção entre o trabalho humano e aquele desenvolvido por outros animais, já que o ato de planejar a execução de uma atividade – o próprio trabalho de criar um instrumento ou a transformação de uma matéria em outro objeto – exige do homem uma pré-figuração (teleologia), antes em sua consciência, do que irá executar para, então, em momento posterior, dar curso a uma ação e realizar o que fora pré-concebido. (GRANEMANN, 2009:5).

Regulamentação da profissão) e das Novas Diretrizes Curriculares<sup>10</sup> para o curso de Serviço Social criadas em 1996 propondo desenvolver no profissional em formação habilidades e competências para execução das atividades técnico-operativa, utilizando uma base fundada pelos campos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, voltando-se para a pesquisa e intervenção destinadas a atender as necessidades dos usuários. A nova proposta curricular visa a produção de um sujeito profissional crítico, pesquisador que busca ir além das aparências dos fenômenos, dentre outras características antes preconizadas nas diretrizes curriculares.

Netto (1999), chama atenção para o fato de que:

O desafio na elaboração da nova proposta curricular estava na garantia de um salto de qualidade no processo de formação profissional do assistente social visando à formação de um profissional capaz de responder com eficácia e competência as demandas tradicionais e emergentes da sociedade brasileira. (NETTO, 1999, p.103).

Ainda são poucas as discussões a respeito da instrumentalidade no Serviço Social, o que acaba por gerar uma escassez no campo de produção teórica voltada para a temática. Guerra (2007), salienta que tal fato contribui para a produção de práticas de intervenções que se reduzem em ações fatalistas, repetitivas e modelares. No entanto, a última década do século XX, levantou-se, dentre outras discussões no interior da profissão de Serviço Social, a preocupação voltada para o processo de intervenção profissional. É também nesse intervalo de tempo que se concentram as principais produções empenhadas a discutir a instrumentalidade relacionada ao Serviço Social. Tal discussão torna-se uma atividade bastante enriquecedora e desafiadora pois revela a intenção de colocar em prática o que é

---

<sup>10</sup> O currículo mínimo de 1982 significou, no âmbito da formação, a afirmação de uma nova direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional, o que se consolidou com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovada pela categoria em 1996 e aprimorada pela Comissão de Especialistas em documento de 1999. O processo de construção das Diretrizes ocorreu mediante longos debates envolvendo a categoria profissional, em que foram socializadas experiências significativas, vivenciadas nas diferentes unidades de formação acadêmica e nas diversas regiões do país, tendo o pluralismo (teórico-metodológico e político) e o processo democrático se constituído em parâmetros na condução desse processo (Cardoso et al, 1997).

preconizado no projeto ético político da categoria profissional. O Serviço Social é uma profissão generalista, com múltiplos campos de atuação, pressupondo uma discussão necessariamente relacionada com a sua dimensão técnico-operativa, não sendo uma tarefa simples de se desenvolver.

Mioto (2000), chama atenção para um outro condicionante que refere-se a natureza das ações nos diferentes âmbitos da prática profissional. Ou seja, uma profissão ampla e com múltiplas formas de intervenção em determinada realidade, requer um estudo minucioso acerca de suas ações. É também nessa dimensão que são construídas e postas em curso as ações desenvolvidas pelo assistente social.

A instrumentalidade do Serviço Social pode ser entendida como a capacidade que os profissionais adquirem de responder as demandas que são apresentadas à profissão.

[...] a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social. (GUERRA, 2000, Pg. 2)

Nota-se que a instrumentalidade não se reduz aos instrumentos utilizados pelos profissionais em sua intervenção. Para que de fato haja uma atuação instrumentalizada, é necessário que se tenham mudanças nas condições, meios e instrumentos já existentes, no intuito de atingir os objetivos profissionais. Em outras palavras, a instrumentalidade no Serviço Social significa a capacidade que a profissão tem de se rever, de identificar seus compromissos e de conseguir alcançar efetivamente seus objetivos. Dominar o instrumental requer que o assistente social tenha conhecimento das suas finalidades, ou seja, clareza dos seus objetivos além das formas de conquistá-la. Sendo assim, observamos que os instrumentos possuem uma forte relação tanto com a intencionalidade do profissional, quanto com o projeto político profissional.

Na mesma direção Campagnolli (1993), defende que:

O instrumental técnico é o repertório interventivo de uma disciplina profissional que, enquanto qual, é indispensável para o desenvolvimento da ação. É um manancial de meios técnicos, recursos e procedimentos, a princípio ilimitado, apoiado em conhecimento científico correspondente. (CAMPAGNOLLI, 1993, pg.4).

A instrumentalidade está vinculada a uma base teórico-metodológica sofrendo mudanças profundas no decorrer das transformações históricas no interior da profissão, destacando principalmente a contribuição do Movimento de Reconceituação no processo de crítica da realidade e nas investigações de novas demandas. BACKX et. ali (2012) mencionam no que tange ao enlace da instrumentalidade com a dimensão ético-político que é possível *“avaliar prioridades , as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidades e avaliar as consequências da ação”* onde entende-se que tanto a profissão quanto a sociedade são campos de forças que se contradizem, reconhecendo assim o papel político desempenhado pelo profissional. Por último, a própria instrumentalidade do Serviço Social está intimamente ligada à dimensão técnico-operativa que diz respeito tanto aos elementos técnicos, quanto os próprios instrumentais utilizados no decorrer da atuação profissional.

Carvalho & lamamoto (2005), chamam atenção para o fato de que essas três dimensões de competências nunca podem ser desenvolvidas separadamente, tendo em vista o risco de desenvolver ações cada vez mais fragmentadas e despolitizadas tão presentes no passado histórico do Serviço Social. Sobre essa relação existente entre as dimensões do trabalho profissional, Guerra (2012) defende que:

Apesar do reconhecimento de que as dimensões só existem em relação umas às outras, a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua autoimagem. (...) É a dimensão que dá visibilidade social à profissão, já que dela depende a resolutividade da situação, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e em outras constitui a dimensão do novo. (GUERRA, 2012, pg. 40),

SOUSA (2008), ainda com relação as três dimensões supracitadas, chama atenção para a importância e o desafio encontrado na articulação entre elas, o que

vem tornando-se objeto de discussão nos debates da categoria profissional representado pela necessidade de permanente articulação entre teoria e prática. Nota-se que na maioria dos autores que propõem discutir tal tema, a unanimidade no que tange a necessidade de articulação das três categorias para minimizar a possibilidade de uma atuação fragmentada e desqualificada.

Apesar dessa articulação não ser uma tarefa fácil no fazer profissional, é só a partir dessa mobilização que podemos dominar a instrumentalidade do Serviço Social com o intuito de responder aos objetivos profissionais. É essencial que o assistente social tenha clareza de seus objetivos e das suas finalidades. Por exemplo, a atuação profissional no âmbito sócio-jurídico, pode ser requisitado pela instituição que sejam utilizados o exame criminológico, o estudo de caso ou a visita domiciliar, porém o profissional deve ter em mente com quais objetivos para a utilização de tais técnicas/instrumentos. A instrumentalidade tem a ver com essa relação entre meios e fins, respondendo às perguntas: *Quais são os fins? Com que meios?* Lembrando que o profissional pautado no projeto ético político da profissão, utilizará os meios e fins voltando-se para a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Mediante as dificuldades em se trabalhar os instrumentais no decorrer da atuação profissional, é que algumas afirmações são recorrentes por parte da categoria, onde observa-se uma crítica a própria formação e sua extensa carga teórica, reforçando o paradigma de que na prática a teoria é outra. Nesse ponto, o que de fato nos interessa é buscar entender a importância dos instrumentais para uma atuação comprometida para o fortalecimento e garantia da democracia e dos direitos sociais como preconiza o projeto ético político profissional.

O Serviço Social que antes era visto como uma profissão meramente executora de políticas sociais tem no Movimento de Reconceituação uma nova configuração a respeito de sua própria produção teórica. Com isso, o Serviço Social passa a ser visto também enquanto produtor de conhecimento científico. A partir do momento em que o assistente social se depara com a nova configuração da questão social, o mesmo é requisitado a sair da atuação meramente executora, e passar também a fazer parte dos processos de planejamento, gestão e avaliação das políticas sociais. Sousa (2008) chama atenção para o lugar privilegiado ocupado pelo assistente social, tendo em vista que no momento em que ele atua na realidade das classes menos favorecidas, o profissional tem a possibilidade real de produzir

um conhecimento sobre aquela dada realidade. “Seria o Serviço Social pelo Serviço Social para o Serviço Social”.

Trindade (1999), contribui para a discussão sobre instrumental técnico-operativa, definindo a instrumentalidade como uma articulação existente entre instrumento e as técnicas que se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, perante a necessidade de adequá-los às exigências de transformação dos objetos, abarcando o atendimento das mais diversas necessidades humanas.

Vimos até aqui que a dimensão técnico-operativa mobiliza as dimensões teórico-metodológica e ético-político com o propósito de analisar a realidade, investigar novas demandas, avaliar prioridades, alternativas, além de avaliar as consequências de uma determinada ação. Daí o motivo ao qual não se deve reduzir tal dimensão apenas aos instrumentais e técnicas utilizadas na realização da ação.

BACKX et. ali (2012) no intuito de desvendar o que de fato constitui a dimensão técnico-operativa buscaram aprofundar a relação entre ações profissionais e instrumentos. Entendendo que as ações profissionais expressam de fato o fazer profissional, como por exemplo: orientar, encaminhar, avaliar, estudar, planejar, dentre outras. Para a realização de tais ações, são necessários a utilização de instrumentos, que por sua vez são mobilizados por meio de um conjunto de atividades desenvolvidas pelo profissional a partir de procedimentos, que podem ser de caráter individual, coletivo e administrativo organizacional.

[...] a dimensão técnico operativa é constituída dos seguintes elementos: as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais, bem como a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais. (BACKX et. ali 2012, pg.21)

Faz-se necessário compreender o espaço profissional do assistente social, de que forma as demandas chegam até eles, as necessidades dos usuários e de que maneira a política social se operacionaliza na instituição. Tudo isso contribuirá para a escolha correta do instrumental técnico-operativo, evitando assim, uma atuação acríica desvinculada do que prevê o projeto ético político.

É importante lembrar que os instrumentos quando usados de maneira crítica, competente e interligado com as demais dimensões permite que respostas sejam dadas. Os instrumentos e técnicas efetivam tanto as finalidades quanto a direção social das ações pré-definidas pelos profissionais. Encontram-se vinculados a uma direção ético-política, configurando-se como ferramentas para o desenvolvimento dos procedimentos exigidos no exercício profissional.

Pode-se dizer que todo instrumental é carregado de intencionalidades teóricas, que de certo modo o direcionam, podendo até contribuir para a ruptura com as práticas conservadoras.

Apesar de observarmos a importância da instrumentalidade que tem sido demandada na formação de profissionais tornando-os aptos a lidar com as atividades técnico-operativas, os assistentes sociais paulatinamente estão sentindo os múltiplos impactos das profundas transformações na conjuntura, incluindo o mundo do trabalho. As novas configurações mercadológicas presentes na ordem capitalista são capazes de transformar o mundo do trabalho em um espaço com alto grau de precarização e vulnerabilidade gerando possibilidades de fragmentação da ação profissional tornando-as padronizadas e repetitivas. Sendo assim, percebe-se uma correlação de forças envolvendo de um lado a formação profissional e doutro a lógica de mercado do sistema capitalista que pulveriza a ação profissional. Neste contexto de fragilidade dos vínculos empregatícios estáveis, torna-se um desafio a constituição de práticas criativas e propositivas, tendo em vista que:

[...] a instrumentalidade é forjada pelos sujeitos profissionais, em seu acúmulo histórico, em sua cultura profissional, mas também o é pela dinâmica societária em que a profissão se insere. O mercado de trabalho, não é o único, nem deve ter exclusividade na sua definição, mas é um forte mediador da instrumentalidade do Serviço Social, uma vez que esse materializa as requisições que são feitas a profissão. (COSTA, 2008, pg.12)

O mercado de trabalho da forma como ele se apresenta na contemporaneidade é sem sombra de dúvidas um grande desafio para uma atuação profissional condizente com o projeto ético-político da profissão. As próprias instituições públicas, como é o caso do nosso objeto de estudo, as instituições prisionais estão sendo fortemente atingidas pelas mudanças postas em curso pelo

processo de reestruturação produtiva e pela implementação de severos ajustes econômicos e sociais. Para Trindade (1999), a modificação do perfil do mercado profissional de trabalho faz com que as demandas se coloquem sob novas condições, o que modifica diretamente as requisições profissionais. Daí a importância de que o profissional esteja sempre atualizado buscando fazer uma leitura crítica mediante às modificações ocorridas tanto na sociedade quanto na própria profissão.

A instrumentalidade se materializa no próprio processo de trabalho podendo ser vista como a utilização de recursos para a realização das atividades ligadas a consolidação de seus objetivos. De acordo com Guerra (2002), *“na medida que os profissionais utilizam, criam, adequam as condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações passam a ser portadoras de instrumentalidades”*. Nota-se aí, a importância de um profissional propositivo, criativo, que não se acomode com as limitações postas institucionalmente e não utilize de tal “carência” como argumento para a realização de um trabalho distante do que prevê o projeto político da categoria profissional.

A utilização de instrumentais ou de técnicas durante a atuação profissional possui forte ligação com os valores, com o arcabouço teórico, com o projeto ético-político e com as intenções do assistente social. O próprio fato da atividade profissional do assistente social ser dotada de intencionalidade faz com que sua ação não possa ser considerada neutra. Para Campagnolli (1993), o instrumental técnico é fruto de uma escolha consciente e reflexiva por parte do profissional.

Os instrumentos e técnicas são mobilizados de acordo com Trindade (1999), *“a partir da capacidade teleológica dos sujeitos, no sentido de pôr finalidades a partir das necessidades presentes na realidade a ser transformada”*. É essa capacidade teleológica que vai diferenciar o homem do animal, muito bem explicada na obra de Marx<sup>11</sup>, quando ele difere o papel do pior arquiteto com a melhor abelha. O fato do homem projetar sua ação na mente antes mesmo de colocar em prática disponibiliza

---

<sup>11</sup> A abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em vista, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1985, p.202)

uma singularidade que só é possível no campo da práxis<sup>12</sup> humana. Nessa mesma direção Netto (1999) não só concorda com a definição teleológica trazida por Marx, como complementa citando que:

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto, que é, em poucas palavras, uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para atingi-la. (NETTO, 1999, pg.93)

A partir do momento em que a demanda chega ao Serviço Social, o profissional faz o uso de sua capacidade teleológica, ou que podemos chamar de antecipação em sua própria mente, estabelecendo as finalidades que almejamos atingir, elegendo os meios ao qual inclui-se os instrumentos e técnicas objetivando sempre a realização da ação da melhor forma possível procurando ofertar uma resposta coerente a demanda posta.

É necessário ter clareza de que o exercício profissional sempre estará vinculado às dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, seja o profissional conservador ou aquele mais interligado à perspectiva crítico-dialética. É esse redirecionamento que permite a escolha dos instrumentos e técnicas na condução do exercício profissional.

Nota-se a existência de uma relação intrínseca entre os instrumentos e técnicas com o projeto ético-político da profissão. Tais dispositivos quando utilizados de maneira coerente, podem reafirmar os valores contidos no projeto profissional. Com isso, verificamos o quanto é importante ter clareza da relação existente entre projeto profissional, instrumentos e técnicas evitando assim um desnível entre eles.

---

<sup>12</sup> Compreendida então como atividade social transformadora, Vazquez (1977, p. 185), afirma *que “toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis”*. Nesse sentido, a práxis é uma atividade conscientemente orientada, o que implica não apenas as dimensões objetivas, mas também subjetivas da atividade. Dizendo de outro modo, a práxis não é apenas atividade social transformadora, no sentido da transformação da natureza, da criação de objetos, de instrumentos, de tecnologias; é atividade transformadora também com relação ao próprio homem que, na mesma medida em que atua sob a natureza, transformando-a, produz e transforma a si mesmo.

## **2.2 – Um Olhar Crítico sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional no Âmbito das Unidades Prisionais.**

A partir das reflexões anteriores, percebemos a importância que representa os instrumentos e técnicas na atuação profissional do Assistente Social. Vamos agora descrevê-los, levando em consideração as dificuldades encontradas de utilização de tais instrumentais. O principal objetivo do Serviço Social é responder as demandas dos usuários dos serviços prestados, garantindo direitos conquistados historicamente. Nessa trajetória, o profissional utiliza-se dos instrumentos e técnicas de trabalho, como por exemplo, as entrevistas, relatórios, análises sociais, encaminhamentos, visitas domiciliares, dinâmicas de grupo, contatos institucionais, pareceres sociais, dentre outros.

Os instrumentos servem como mediadores no processo de concretização das ações profissionais. Podendo ser expressos pela escrita, pela fala ou pela linguagem haja vista que o Serviço Social segundo Iamamoto (2005) tem como instrumento básico de trabalho- a linguagem. Historicamente, a ação dos assistentes sociais baseia-se na prestação de serviços sociais por meio de contato direto com os usuários. A partir desse contato é que iniciam-se os processos de socialização de informações, orientações relacionadas a recursos financeiros, encaminhamentos dentre outros. Suas atividades encontram-se diretamente associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política.

Sarmiento (2012), identifica um conjunto de instrumentos e técnicas historicamente utilizadas no Serviço Social, lembrando que esses não se esgotam nesse grupo, podendo existir outros instrumentos e técnicas no interior da profissão. Tal grupo apresentado pelo referido autor é composto pelas técnicas de entrevista, observação, informação, abordagem, reunião e a visita domiciliar.

No nível do atendimento individual, a entrevista se destaca como sendo um dos principais instrumentos, além de permitir o desenvolvimento de diversos procedimentos interventivos.

O assistente social recebe os usuários, seja através de demanda espontânea, seja por meio de encaminhamentos internos ou externos à instituição. Ao ouvir as queixas e/ou solicitações do usuário, o profissional colhe dados pessoais e socioeconômicos.

Durante o atendimento individual o profissional procura viabilizar as orientações e os serviços necessários – e possíveis – ao atendimento das solicitações. (TRINDADE, 2012, pg. 74)

Observa-se aí, um momento de suma importância de aproximação entre o profissional com o usuário, sendo que na maioria dos casos esse torna-se o primeiro contato entre ambas as partes. O usuário pode expressar através do diálogo direto com o assistente social as suas demandas e necessidades, ao mesmo tempo em que ao profissional cabe utilizar os procedimentos necessários para a realização da ação que buscará oferecer resposta à demanda posta.

Além da base teórico-metodológica e ético-política, o assistente social deve desenvolver seu aparato técnico-operativo de acordo com os objetivos e a direção social da profissão, não caindo nas armadilhas da burocratização e da banalização da rotina. Segundo Pereira (2010), o assistente social tem que identificar a matéria de seu trabalho como sendo as relações sociais e, especificamente, a relação de custódia: “Essa matéria decorre das formas históricas como se institui a punição que sofre mudanças quanto às concepções que permeiam as sociedades sobre o que é o crime, quem é o criminoso, quem é o louco, quem é o louco infrator e o que é periculosidade.” (p. 175). A complexidade do trabalho do assistente social no campo sociojurídico é dada pelas inter-relações existentes entre a estrutura da sociedade, o funcionamento do sistema jurídico e o atendimento das necessidades da população. Entre as várias atribuições do assistente social neste campo sócio-ocupacional, destacamos:

- Assessorar os órgãos públicos judiciais, a serviços de assistência jurídica e demais profissionais deste campo, em questões específicas de sua profissão;
- Realizar perícias e estudos sociais, bem como pareceres da área de sua competência, em consonância com os princípios éticos da profissão;
- Planejar e executar programas destinados à prevenção e integração social de pessoas e/ ou grupos envolvidos em questões judiciais;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise social, dando subsídios para ações e programas no âmbito jurídico;

- Treinamento, supervisão e formação de profissionais e estagiários nesta área.

É preciso dar visibilidade aos enfrentamentos que os profissionais de Serviço Social realizam na maioria das instituições penais brasileiras no que diz respeito à utilização dos procedimentos e técnicas direcionadas aos usuários, por exemplo: realização de entrevista individual e etc. Ainda, as unidades prisionais estão cada vez mais sucateadas com falta de assistentes sociais em números compatíveis com a quantidade de internos, falta de estrutura física no que diz respeito a uma sala adequada de atendimento ao usuário e sua família, no sentido de garantir o sigilo profissional, recursos materiais insuficientes ou inexistentes, dentre outros problemas que serão identificados ao longo deste estudo.

Geralmente a instituição não dispõe de um local adequadamente reservado para a realização do atendimento, o assistente social não dispõe de muito tempo para realizar um atendimento mais cauteloso e demorado, além da necessidade de os profissionais agilizarem o atendimento para dar conta da enorme demanda e para atender às exigências institucionais de controle da produtividade[...] (TRINDADE, 2012, pg.76).

A observação é entendida como um instrumento eficaz no que diz respeito ao levantamento de dados qualitativos. Cabendo ao assistente social de acordo com Sarmiento (2012), ter clareza e segurança na direção que oferece ao conhecimento compreensivo e explicativo que vai desenvolvendo no processo de observação.

Uma outra ferramenta importante na atuação do assistente social é a informação, cabendo ao profissional a tarefa de repassar aos usuários informações que vão desde as normas de funcionamento da instituição até as condições do atendimento. Sarmiento (2012), destaca o papel valioso da informação na atuação profissional, tendo em vista ser um instrumento capaz de organizar e veicular informações de interesse da população e do assistente social. Dessa forma, considera-se que a informação é uma ferramenta fundamental, ampliando as possibilidades de leitura crítica da realidade, além de subsidiar a reflexão e a tomada de decisão.

Enquanto estagiário no CPFS foi possível notar a importância da informação no diálogo entre o Serviço Social e a população-usuária. A percepção construída pelo meu olhar de discente em formação apontava para a identificação de que o Serviço Social deveria aproveitar ao máximo a oportunidade de socializar informações e constituir as demais mediações durante o atendimento aos familiares. Entretanto, a precariedade existente na estrutura física, além de outros limites institucionais interferiam no processo de atendimento, abortando maiores possibilidades de orientar, informar, tirar dúvidas, tanto dos familiares quanto dos internos da instituição.

Partindo do pressuposto de que a informação é um meio indispensável no processo de garantia dos direitos para a população em situação de prisão e seus familiares foi vislumbrado como um potente instrumento a produção de uma cartilha informativa ampla e detalhada sobre as principais políticas da instituição, direitos e deveres. A cartilha foi elaborada e divulgada no âmbito do Conjunto Penal de Feira de Santana, demonstrando que é possível pensar e (re)pensar criativa e propositivamente ações destinadas aos usuários e suas famílias.

Outras atividades no cotidiano do Conjunto Penal de Feira de Santana são materializadas pelo Serviço Social. As minhas reflexões acerca da dinâmica institucional apontam para a ausência de informação dos usuários e seus familiares. No processo de produção das carteiras de visita cotidianamente há uma significativa falta de documentos o que inviabiliza o acesso. Além disso, deveria existir um outro instrumento (minuciosamente detalhado e feito de forma didática) que pudesse disponibilizar informações sobre o acesso e utilização das várias políticas públicas e direitos sociais, tais como: orientações previdenciárias, assistência social, assistência jurídica, assistência à saúde

Os efeitos da falta de informação sobre os usuários, configuram-se numa massa populacional reprodutora de informações do senso comum e desconectas dos aparatos legais, permitindo que os usuários permaneçam sem a consciência dos seus direitos ou que o mesmo retorne a instituição várias vezes seguidas por falta de informações práticas. Uma breve avaliação da implementação da cartilha feita através de conversas informais junto aos usuários demonstrou a potencialidade de tal instrumento quando percebíamos maior segurança por parte da população usuária na apreensão dos seus direitos.

Seguindo as reflexões acerca dos principais instrumentos utilizados pelo Serviço Social, ganha relevância a abordagem. Segundo Sarmiento (2012), a abordagem é constituída a partir de um contato intencional de aproximação, criando um espaço para o diálogo crítico, troca de informações e experiências, aquisição de conhecimentos ou um conjunto de particularidades necessárias à ação profissional. É importante entendermos que a abordagem é um forte instrumento de aproximação do profissional com os usuários.

O assistente social deve possuir uma postura investigativa na realização da sua prática profissional tendo em vista que a realidade social é um fenômeno que precisa ser compreendida em sua essência. Kosik (1989), considera que a realidade se manifesta a partir dos fenômenos que são apreendidos imediatamente, mas é na essência destes que se torna possível o desvelamento da realidade em si. Nesse processo alguns instrumentos auxiliam o assistente social além de garantir uma aproximação e interlocução entre o profissional e o usuário como na visita domiciliar.

Sarmiento (2012) define a visita domiciliar como:

[...] um instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade (conhecendo com o usuário as suas dificuldades, a sua realidade e não o uso policialesco e disciplinador de reafirmação do poder de controle institucional) e que tem como ponto de referência a garantia de seus direitos (através dos serviços que lhe são levados) sendo construído um papel educativo, colocando o saber técnico à disposição da reflexão sobre a qualidade de vida. (SARMENTO, 2012, pg.116)

Na mesma direção Mioto (2001) afirma que a visita domiciliar *“tem como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista de gabinete”*. Observa-se a utilização da visita domiciliar como um instrumento capaz de possibilitar ao profissional um conhecimento mais abrangente da realidade do usuário. No entanto, tal instrumento ainda sofre fortes resquícios do passado profissional e que ainda permeia não só na mente dos usuários como na atuação de muitas instituições e profissionais, que utilizam da visita domiciliar como instrumento de controle e de vigia permanente para exclusão dos usuários de determinadas políticas. Com isso, acaba quebrando o caráter de

interação entre profissional e usuários, que passa a ter uma relação de medo perante o risco de perder seus benefícios.

Como já foi dito, a visita domiciliar constitui-se enquanto instrumento, porém não deve ser caracterizada enquanto uma técnica. No decorrer da realização da visita, o profissional pode fazer o uso de técnicas, sendo que a entrevista e a observação aparecem como fundamentais nesse processo. Com relação à entrevista poderá ser feita a partir de perguntas abertas ou semi-estruturadas com enfoque na situação social ao qual originou a necessidade da visita. Já a técnica da observação fortalece a descoberta da essência que se esconde por trás da realidade aparente retratada por Kosik (1989).

Trazendo a discussão para a realidade das instituições penais no Brasil, percebe-se uma grande lacuna no que diz respeito à visita domiciliar do Serviço Social para com o interno. Na maioria das vezes, o contato com os familiares ocorre a partir de telefonemas ou quando os mesmos demandam a instituição, buscando o Serviço Social.

No que tange às demandas direcionadas ao Serviço Social, essas podem ser “sanadas” pela própria instituição ou necessitar de um encaminhamento por parte do assistente social a outras instituições sociais. Uma unidade penal, por exemplo, pode solucionar um problema simples de saúde de um interno. No entanto, a maioria dos casos mais complexos tendem a ser demandados a um hospital que ofereça suporte adequado ao atendimento. Trindade (2012), chama atenção para que esse encaminhamento não seja um simples repasse de demanda entre profissionais, tendo em vista que esses possuem um aspecto técnico muito importante na inserção ou expansão dos serviços. Para que o encaminhamento seja de fato concretizado é de fundamental importância a existência de redes<sup>13</sup>. No entanto, as redes devem ser fortalecidas para que o encaminhamento não se transforme em simples repasse de papel e perca o seu caráter fundamental enquanto procedimento que constitui a

---

<sup>13</sup> A morfologia do informacionalismo está baseada, segundo Castells, no conceito de **rede**, donde se fala em **sociedade em rede**, e esta constitui, além do meio técnico por excelência de produção e circulação dos produtos da "nova economia", um excelente dispositivo que busca não só estabilizar o processo de inovação, como sanar as assimetrias. Acontece que, uma vez que as redes possuem uma forma de organização menos hierárquica e centralizadora, sua disseminação renova o capitalismo (e até mesmo a sociedade) em suas estruturas, tornando-o mais democrático porque menos rígido e centralizador, mais humanitário porque substitui o trabalhador fordista e suas tarefas "rotineiras e repetitivas" pelo "trabalhador instruído e autônomo, capaz e disposto a programar e decidir seqüências inteiras de trabalho", mais inclusivo uma vez que "se os dados internacionais indicassem algum padrão, seria na direção oposta às previsões ludistas: nível tecnológico mais alto associado a índice de desemprego mais baixo". (CASTELLS, 2003).

ação profissional de articulação entre as instituições objetivando sempre o acesso de serviços aos usuários na perspectiva da garantia de direitos.

É importante que os assistentes sociais tenham em mente a importância das redes, na concretização de ações direcionadas a resolver as demandas que chegam até eles. Aos profissionais do sistema sócio jurídico com foco nas instituições penais, essa necessidade torna-se ainda mais aguçada, tendo em vista as limitações e dificuldades encontradas no processo de garantia dos direitos dos usuários que historicamente são negados em tais espaços. De acordo com Trindade (2012), se a rede de serviços é frágil, o encaminhamento [...], pode ser inócuo, pois não basta dizer ao usuário que ele tem direito, é necessário fazer com que os mecanismos concretos sejam acionados para a inserção desse cidadão nos serviços.

As redes socioassistenciais quando bem articuladas entre si, facilitam o processo de atendimento das necessidades dos usuários, ampliando as possibilidades de solucionar cada caso demandado ao Serviço Social. O atendimento deixa de ser parcial, e passa a ter um caráter de integralidade<sup>14</sup>, ou seja, no caso específico das unidades penais, a intervenção do Serviço Social perante o usuário pode ser ampliada para além do que a instituição em si proporciona. Um exemplo bastante comum é a emissão de documentos pessoais, consultas médicas especializadas, reinserção ao mercado de trabalho etc. Tudo isso só será possível se o Serviço Social da instituição dispuser de uma rede fortalecida com as demais instituições com o intuito de conseguirem oferecer uma resposta a determinada demanda. Podemos dizer que o trabalho em rede faz parte de uma forma criativa e propositiva entorno da intervenção do assistente social comprometido com a eficiência e eficácia de suas ações.

As consequências devastadoras do processo de reestruturação produtiva na sociedade capitalista no campo social, originou-se em um agravamento das expressões da questão social e em novas demandas postas aos profissionais que trabalham diretamente com a questão social. Na mesma direção, as instituições estão gradativamente reduzindo as demandas em ações paliativas de cunho individual. Trindade (2012) chama atenção para o desafio que é posto ao assistente

---

<sup>14</sup>No campo da saúde, há diferentes compreensões de integralidade, que dependem fundamentalmente do que os diferentes projetos tecnopolíticos no campo pretendem integrar, isto é, *tornar inteiro: completar, inteirar, integralizar.*

social de criar estratégias que possibilitem a ampliação dos direitos sociais, ainda que em condições restritas. Se as instituições assumem a recepção do problema mais grave, acaba deixando de lado o seu papel preventivo, além de distanciar ações que objetivam acesso universalizado aos direitos sociais. É importante o papel desempenhado pelos assistentes sociais que buscam dar continuidade ao atendimento fazendo uso do acompanhamento social que perdura para além do imediatismo do primeiro atendimento. A partir do acompanhamento social é possível que o assistente social conheça as diferentes dimensões da vida do usuário, que vão para além da instituição. Essa possibilidade, torna o Serviço Social uma profissão ímpar nesse processo.

O acompanhamento social também pode ser trabalhado a partir da utilização de redes, o que reforça mais ainda a importância destas na intervenção do Serviço Social na vida dos usuários. Trindade (2012) propõe que:

[...] o acompanhamento social dos usuários, a partir das instituições em que eles são atendidos, poderia ser um excelente motivador das ações que acionassem a rede dos serviços a que o cidadão tem direito, fazendo com que as informações circulassem através de relatórios e pareceres sociais. Assim, os assistentes sociais poderiam contribuir não somente com o atendimento na sua instituição e com a sua equipe, mas com a mobilização da rede de serviços no território, principalmente com a municipalização dos serviços. (TRINDADE,2012, pg.81).

Ainda no que se refere à atuação do assistente no campo sócio jurídico é comum a utilização de instrumentos, capazes de contribuir “para o arbítrio de situações conflituosas” (MIOTO, 2009 p.07). O profissional de Serviço Social no uso de suas atribuições, reforçado pelo Código de Ética profissional e as demais leis que regulamentam a profissão, utilizará de todo seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político, de forma a legitimar o seu posicionamento perante tal situação, como por exemplo -o parecer social.

Pereira (2004) buscou diferenciar o parecer social do estudo social, visto que ainda existe uma certa confusão a respeito de tais definições. Na sua concepção, ao qual concordamos, o estudo social antecede o parecer social, sendo este último fruto do primeiro. É um instrumento utilizado para conhecer e analisar

detalhadamente a situação vivida por determinados sujeitos ou grupo de sujeitos sociais, com demandas específicas. (MIOTO,2001).

Na realização do estudo social, o profissional poderá fazer o uso sistemático das entrevistas, visitas domiciliares, pesquisa documental e bibliográfica, observações, juntada de documentos, ou seja, um arcabouço de informações com as quais o profissional constrói um saber a respeito do usuário e só assim constrói o seu parecer social. Nota-se um momento bastante delicado, que requer cautela e domínio dos instrumentos por parte do profissional. Qualquer análise precipitada ou mal fundamentada poderá contribuir para a tomada de decisão por parte dos juízes e promotores a respeito do caso analisado. É esse documento que irá compor os autos do processo e servirá como base para a decisão judicial que se manifestará através da sua sentença, por uma parte ou outra.

Neste sentido, MARCONSIN (2009) pontua a importância estratégica da documentação para a produção de informações e conhecimento sobre o modo de vida da população-usuária:

Compreendendo que a operacionalização da documentação, como a de qualquer instrumental-técnico, possui uma direção ético-política, ela pode funcionar, de um lado, como um “simples roteiro de papéis a serem preenchidos e organizados” – relatórios de entrevistas, de visitas domiciliares, de assembleias, de primeiro atendimento, dentre outros – numa percepção administrativa, contribuindo para a burocratização das relações sociais. De outro lado, a documentação pode ser compreendida como um instrumental técnico de grande relevância pois “possibilita organizar e veicular informações, bem como produzir informações e conhecimento” (MARCONSIN, 2009 p.69).

Trindade (2012) chama atenção para que esse registro não se limite apenas a essas exigências sendo que o profissional pode utilizá-lo de forma a aperfeiçoar o seu atendimento e inclusive produzir subsídios para a própria atuação profissional. A autora faz uma crítica pertinente ao qual concordamos no que diz respeito a forma como tem sido utilizados os principais documentos de registros nos atendimentos individuais do Serviço Social. A ficha social, o relatório, o parecer social e os livros de ocorrências são reduzidos a um cadastro contendo identificação dos usuários com uma finalidade meramente burocrática. De acordo com Fávero (2009), o informe, o relatório, o laudo e o parecer são os registros mais comumente

elaborados pelo assistente social para integrar os autos processuais e fornecer subsídio à decisão dos magistrados.

Uma vez feito tais registros, é necessário a garantia do sigilo profissional, não só no atendimento individual, como também no trato com tais documentos que trazem informações pertinentes à vida dos usuários. E nesse ponto, o Serviço Social esbarra em uma outra limitação muito encontrada nas instituições, que é a falta de condições necessárias para guardar/armazenar tais documentos de forma a preservar sua integridade e sigilo conforme prever o Código de Ética.

Trindade (2012), no intuito de classificar as documentações utilizadas pelo Serviço Social, divide-as em duas categorias: documentação técnica e a documentação burocrático-administrativa/documentação oficial. A primeira categoria é composta pelos documentos próprios ao exercício profissional do assistente social, compõem esse grupo: a ficha social, evolução ou acompanhamento social, formulários de entrevista, registros de visitas domiciliares, mapas de acompanhamentos ou atendimento, relatórios, livros de ocorrência ou de registros de atividades do Serviço Social. Tais documentos são de inteira responsabilidade do assistente social, cabendo a instituição prover as condições de materialização da documentação. A segunda categoria é composta por cadastro de usuários, ficha de admissão dos usuários, mapas estatísticos, relatórios administrativos e documentação oficial representado pelos ofícios, comunicados, cartas, memorandos, atas, convites, pareceres administrativos, declaração para usuários e para instituições.

Outra forma de ação profissional está ligada aos procedimentos e instrumentos de caráter coletivo de atendimento aos usuários. Apesar de observarmos uma preponderância na utilização das ações e instrumentos de caráter individual como relatados anteriormente, não podemos deixar de citar, os procedimentos coletivos.

O trabalho com técnicas e instrumentos de caráter coletivo apresenta dificuldades aos profissionais principalmente no processo de reunir uma quantidade de pessoas significativa, tendo em vista as especificidades de cada usuário no seu dia-a-dia. Outro aspecto está ligado ao próprio espaço para serem feitas as reuniões e as dinâmicas de cunho coletivo, uma vez que a maioria das instituições não dispõe de espaço apropriado nem mesmo para o atendimento individualizado.

Apesar do esforço em abarcar o maior número de instrumentos/técnicas recorrentes na atuação do assistente social, devemos ressaltar que não conseguimos citar todos os instrumentos/técnicas que compõem a dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Um outro ponto importante a ser demarcado, diz respeito as mudanças societárias produzidas em larga escala pelos novos padrões de acumulação e que interferem diretamente no dimensão técnico-operativa da profissão. De acordo com Sarmiento (2012), o espaço cotidiano no qual se movimentam os assistentes sociais vem sofrendo profundas alterações na esfera das organizações, das políticas e dos serviços, criando também novas situações de trabalho.

### **CAPITULO 3: A PESQUISA DE CAMPO: CONHECENDO OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO CPFS.**

A proposta deste capítulo consiste em apresentar as discussões acerca da atuação profissional do Serviço Social no Conjunto Penal de Feira de Santana, registrando reflexões pertinentes à pesquisa de campo desenvolvida no interior da unidade prisional junto aos profissionais de Serviço Social.

Todos os encontros, dificuldades, desafios e perspectivas relatadas e analisadas retratam questões estruturais presentes em quaisquer instituições sociais situadas no campo sócio-jurídico, particularmente no âmbito prisional. Sendo assim, os entraves relacionados ao trabalho profissional sinalizados no corpo textual do trabalho não devem ser analisados isoladamente, pois, estão implícitos na lógica do sistema penal brasileiro, sendo assim, entendemos que a referida instituição é parte de uma totalidade.

Falar da prática profissional do assistente social na instituição penal, é falar de um campo ainda em construção, assim como, a produção teórica e maiores aprofundamentos acerca deste espaço sócio-ocupacional. De acordo com ALMEIDA (2012), esse campo permanece na opacidade até a década de 1990, ganhando destaque a partir do ano de 2001 com o X Congresso Brasileiro de Assistente Sociais e a publicação da edição especial da Revista Serviço Social e Sociedade – Temas Sócio-Jurídicos –nº67.

Uma atividade que tornou-se bastante rotineira entre os principais programas jornalísticos é demonstrar as situações degradantes do sistema penal brasileiro, com enfoque na superlotação e condições desumanas de convívio, onde a “reinserção social” passa despercebida entre os internos. A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do sistema carcerário, serve para comprovar que de certo modo a discussão já chegou nas plenárias e arenas políticas. Segundo a CPI (2008), os presídios vivenciam frequentemente:

Rebeliões, motins frequentes com destruição de unidades prisionais; violência entre encarcerados, com corpos mutilados e cenas exibidas pela mídia; óbitos não explicados no interior dos estabelecimentos; denúncias de torturas e maus-tratos; presas vítimas de abusos sexuais; crianças encarceradas; corrupção de agentes públicos;

superlotação; reincidência elevada; organizações criminosas controlando a massa carcerária, infernizando a sociedade civil e encurralando governos; custos elevados de manutenção de presos; falta de assistência jurídica e descumprimento da Lei de Execução Penal (CPI DO SISTEMA CARCERÁRIO, 2008, pg.29)

Durante a realização das visitas às instituições penais pelo Brasil, a CPI encontrou desde presos dividindo espaços com porcos, até uma sala escura onde dentro estavam presos torturados cotidianamente pelos policiais e agentes penitenciários. Discutir o sistema penal não é o foco central do trabalho. No entanto, evidenciamos tais informações, para entendermos a complexidade do espaço institucional e de como o trabalho do Serviço Social é repleto de desafios e dilemas, requisitando do profissional para além do comprometimento com o projeto ético-político da profissão, uma postura crítica, propositiva e criativa perante a uma instituição repleta de problemas estruturais.

Feitas tais considerações, o próximo tópico evidencia o percurso metodológico da pesquisa e o processo de descoberta junto aos sujeitos participantes da elaboração deste trabalho. Fazendo parte também do conjunto de reflexões realizadas na produção da pesquisa foi delineada uma breve caracterização e contextualização das instituições prisionais, em especial – a de Feira de Santana, universo onde ocorreu toda a construção do estudo. Por último, busca-se estabelecer uma análise acerca das informações coletadas com a evidência dos resultados e suas possíveis contribuições com o Serviço Social.

### **3.1- O Percorso Metodológico**

A aproximação do objeto de estudo ao qual nos propomos analisar com mais profundidade, se deu logo nos primeiros dias da realização do estágio supervisionado obrigatório entre os anos 2013 e 2014. O momento do estágio é extremamente especial como forma de aprendizagem e aproximação com a realidade social e trabalho profissional do assistente social. Foi possível conviver minimamente com as demandas enfrentadas pelo setor do Serviço Social e seus principais desafios na garantia dos direitos humanos de uma população excluída e destituída de sua própria humanidade. As demandas apresentadas ao Serviço

Social contrastavam quase sempre com um cenário de precariedade no que diz respeito ao caráter objetivo e subjetivo do fazer profissional.

Tal aproximação caracterizou-se como uma *observação participante* - uma técnica utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e se caracteriza pela inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. (Richardson, 1999) descreve que a observação participante é o momento em que o pesquisador analisa a realidade social que o rodeia, tentando captar os conflitos e tensões existentes e identificar grupos sociais que têm em si a sensibilidade e motivação para as mudanças necessárias. Dessa forma, a observação participante nos proporcionou “sentir na pele”, os limites e as possibilidades subjacentes à atuação do assistente social no Conjunto Penal de Feira de Santana-BA.

Além da utilização da observação participante desde o início das práticas de estágio foi adotada para a constituição do estudo a pesquisa qualitativa. Minayo (1996) revela que a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. “[...] A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (MINAYO, 1996).

Esta pesquisa científica<sup>15</sup> fundamenta-se a partir de momentos distintos. O primeiro dar-se com o levantamento bibliográfico e fundamentação teórica, executado entre os meses de julho a outubro do presente ano. Neste período, foi feita uma revisão bibliográfica sobre todos os teóricos que abordam a temática. Esta revisão bibliográfica deu-se a partir da leitura e análise de publicações em meios eletrônicos, periódicos e livros, todos constituindo o arcabouço bibliográfico da pesquisa. Entende-se que essa etapa é fundamental para identificar as principais produções acadêmicas e científicas, haja vista que dá embasamento ao pesquisador e possibilidades que reforcem a construção de novos entendimentos e teorias sobre o tema proposto, como também a criação de novos conhecimentos sobre a realidade pesquisada. A base legal que fundamenta a profissão, o Código de Ética,

---

<sup>15</sup>“A pesquisa científica requer flexibilidade, capacidade de observação e interação com os pesquisados. Seus conhecimentos devem ser corrigidos e adaptados durante todo o processo de trabalho, visando aos objetivos da pesquisa. No entanto, não se pode iniciar uma pesquisa sem prever os passos que deverão ser dados” (GOLDENBERG, 2009).

juntamente com as legislações vigentes que tratam do Serviço Social no sistema sócio-jurídico<sup>16</sup> foram devidamente consultados, além do extenso material produzido pela CPI das prisões brasileiras realizado em 2008.

Quanto ao momento voltado para a realização de entrevistas semi-estruturadas<sup>17</sup> com os assistentes sociais da unidade prisional merece destaque o conhecimento obtido sobre as principais possibilidades e limites relacionados ao trabalho profissional, assim como as considerações acerca da instrumentalidade.

Para Minayo (1996), *a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais.* A opção pelas *entrevistas semi-estruturadas*<sup>18</sup> se deu em função de incluir em um mesmo roteiro perguntas fechadas e abertas, possibilitando analisar e explorar as “falas” dos entrevistados.

A adoção desses roteiros, conforme aponta Minayo (2013), é a maneira como se materializa a técnica de entrevista, que orienta o entrevistador ou pesquisador durante o processo de captação ou de coleta de informações.

Foi utilizada também a técnica de pesquisa documental, através da qual procurou-se levantar documentos primários e secundários do conjunto penal, dentre esses documentos, destacam-se: relatórios de gestão, documentos, cartilha e documentos sobre a estrutura organizacional do presídio. A análise documental se fez necessário na elaboração da pesquisa, onde foi feito um levantamento a respeito da instituição, e buscar entender mais detalhadamente a sua trajetória histórica. As informações coletadas a partir destas três técnicas de pesquisa: (entrevistas semi-

---

<sup>16</sup> Fávero (2003) destaca que “Campo (ou sistema) sócio-jurídico diz respeito ao conjunto de áreas em que a ação do Serviço Social articula-se a ações de natureza jurídica, como o sistema judiciário, o sistema penitenciário, o sistema de segurança, os sistemas de proteção e acolhimento como abrigos, internatos, conselho de direitos, dentre outros. O termo sócio-jurídico, enquanto síntese destas áreas, tem sido disseminado no meio profissional do Serviço Social, em especial com a sua escolha como tema central da Revista Serviço Social e Sociedade n. 67 (Cortez Editora), pelo comitê que a organizou, tendo sido incorporado, a seguir, como uma das sessões temáticas do X CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/2001.” O referido congresso se constituiu em uma oportunidade aos assistentes sociais de apresentarem os trabalhos produzidos a partir da reflexão sobre suas práticas profissionais nas instituições que passaram a ser compreendidas como campo sócio-jurídico. Essa citação de Fávero também nos mostra o quanto é recente a literatura sobre o campo sócio-jurídico enquanto uma área especializada de saber e de atuação do Assistente Social.

<sup>17</sup> Nesta pesquisa, a entrevista foi o principal instrumento utilizado na realização do trabalho de campo.

<sup>18</sup> Segundo Neto (1994), as entrevistas semi-estruturadas articulam duas modalidades ou técnicas de entrevistas: a primeira diz respeito à entrevista aberta, onde o informante pode abordar livremente o tema proposto e a segunda a entrevista estruturada que pressupõe perguntas previamente formuladas.

estruturadas, observação participante e pesquisa documental), foram analisadas à luz da literatura sobre o sistema penal, Lei de Execução Penal, fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, Serviço Social na contemporaneidade, a instrumentalidade e foram tratadas a partir de uma *análise de conteúdo*.

A análise de conteúdo, segundo Minayo (2013), visa ultrapassar o nível de senso comum e do subjetivismo na interpretação de um determinado objeto e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observações. Ela exige que se tenha conhecimento das suas variadas técnicas ou modelos, como, por exemplo: *o modelo de comunicação instrumental*, que atribui importância ao contexto e às circunstâncias aos quais a mensagem é veiculada, colocando em segundo plano o imediatamente expresso por ela; e *o representacional*, que considera como fundamentais as palavras da mensagem, por elas conterem elementos indicativos, viabilizadores da análise do pesquisador. (SETÚBAL, 1999).

A utilização da técnica de análise de conteúdo nesta pesquisa foi *representacional*, que demandou a construção de eixos definidos para analisar os dados ou informações coletadas. Estes eixos compreenderam:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. [...] é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo. (MINAYO,2013, pg.261).

A intenção foi buscar captar a partir da realização de entrevistas com os assistentes sociais respostas que possam nos levar a uma maior compreensão do trabalho dos assistentes sociais na referida instituição. Com base no método do materialismo histórico dialético foi produzida uma interação com o objeto pesquisado na tentativa de atingir sua essência mediante aproximações sucessivas.

Sabe-se que as instituições ligadas ao sistema sócio-jurídico (principalmente as prisões), possuem dentre outras características, um forte aparato de segurança. Tal fato acarreta numa constante burocratização institucional que dificulta qualquer tipo de pesquisa e intervenção nestes espaços. A minha entrada no Conjunto Penal

para a realização da pesquisa foi de certa forma viabilizada com maior “tranquilidade” devido à inserção anterior na condição de estagiário. A partir da entrega de um ofício ao Diretor abordando os objetivos e finalidades do estudo, juntamente com o roteiro da entrevista e Termo de Esclarecimento Livre e Consentido<sup>19</sup> foi formalizada a solicitação de autorização para o processo de pesquisa no interior da unidade prisional, posteriormente havendo sua autorização por parte da gestão penitenciária.

Entretanto, no movimento de investigação científica sempre nos deparamos com limites. Pode-se dizer que sempre existe uma tensão presente no ambiente da prisão, desenvolver entrevistas junto aos profissionais foi um desafio quando se tem uma tendência nestes espaços de “aligeiramento” das atividades por conta de um cotidiano significativamente controlado e um tanto preso ao atendimento imediato das necessidades.

Inicialmente houve a pretensão de realizar as entrevistas com toda a equipe de Serviço Social da instituição. No entanto, levando em consideração que a maioria dos profissionais foram contratados recentemente, optamos por concentrar a pesquisa apenas com aqueles que já tinham um tempo maior de trabalho no âmbito da instituição, incluindo a coordenação de Serviço Social. Acreditamos que o fato de trabalharmos com 1/3 dos profissionais, não trouxe prejuízo para a pesquisa uma vez que esses por terem um maior tempo de serviço, seguramente disponibilizam informações históricas acerca do Serviço Social e suas ações no interior da Unidade, possibilitando uma visão ampla do passado e do presente do Serviço Social no Conjunto Penal de Feira de Santana.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 08 e 09 de setembro de 2014. Foi utilizado um gravador com o consentimento dos entrevistados com a finalidade de registrar as falas para posteriormente transcrevê-las na íntegra, facilitando o processamento dos dados e deixando o pesquisador livre para desenvolver a entrevista sem se preocupar com o registro escrito.

O espaço utilizado para as entrevistas foi a própria sala do Serviço Social. Apesar da presença de outras pessoas no interior da sala de atendimento,

---

<sup>19</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é o documento que informa sobre os benefícios e riscos de pessoas participarem voluntariamente de pesquisas, de tratamentos ou experimentações clínicas. Portanto, o TCLE é um instrumento que assegura a autonomia do indivíduo, isto é, que lhe confere o direito de aceitar ou não a participar de acordo com as informações dadas. (GIGLIO et. ali, 2009:328).

buscamos o máximo garantir o sigilo quanto às respostas e posicionamento dos profissionais.

Antes de cada entrevista, a proposta da pesquisa foi apresentada, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), revelando para o sujeito da pesquisa, as considerações éticas que norteiam o estudo, tais como: o sigilo quanto às respostas dadas, deixando-os livres para responder ou não a determinadas perguntas ou até mesmo recusar-se a serem entrevistados, tendo em vista ser essa uma atividade voluntária por parte deles.

A partir da análise do conteúdo das entrevistas foi possível tecer descobertas e reflexões relacionadas à dinâmica do trabalho do assistente social e todas as contradições inerentes à natureza do seu agir. Seguindo com as considerações acerca da pesquisa é de fundamental importância resgatarmos a historicidade do campo prisional e sua caracterização com o objetivo de melhor entendermos as configurações da profissão em um ambiente tão marcado pela vigilância, punição e disciplinamento dos corpos e dos comportamentos.

### **3.2 O Conjunto Penal de Feira de Santana: Contextualização Histórica e Reflexões acerca do “Universo” Prisional**

As instituições que objetivam a punição e a restrição de liberdade da pessoa que comete ato infracional existem desde os tempos primitivos nas origens da humanidade e passando por um importante processo de reordenação de sua dinâmica no decorrer dos tempos.

As instituições penais originaram-se por exigência do próprio homem, pela necessidade de um ordenamento coercitivo que assegurasse a paz e a tranquilidade em sua convivência com os demais seres humanos. Trata-se de uma imposição do próprio relacionamento inerente ao contrato social. (CANTO, 2000 p. 12)

A detenção perpétua e solitária em celas muradas, constituía o cenário das primeiras prisões. No entanto, a partir do século XVII, a pena privativa de liberdade substitui a pena de morte, fazendo surgir até o século XVIII, um aumento significativo das casas de detenções. Michel Foucault (2007) em sua obra *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* destaca práticas que eram utilizadas no século XVIII, com a utilização de objetos de torturas, como o pelourinho, suplício<sup>20</sup> e guilhotina. O condenado era exposto em praça pública e obrigado a pedir perdão.

As mudanças decorrentes entre meados do século XVIII até meados do século XIX visto como período humanitário tiveram fortes influências dos pensadores que contestavam os ideais absolutistas. E isso recai positivamente para se repensar nas formas como são conduzidas a execução da pena naquela época.

Os pensadores iluministas, em seus escritos, fundamentaram uma nova ideologia, o pensamento moderno, que repercutiria até mesmo na aplicação da justiça: à arbitrariedade se contrapôs a razão, à determinação caprichosa dos delitos e das penas se pôs a fixação legal das condutas delitivas e das penas. Os povos clamavam pelo fim de tanto barbarismo disfarçado. (LINS e SILVA, 2001. P.14)

Foucault (2007) relata que já no fim do século XVIII e início do século XIX, a festa de punição vai-se extinguindo. O cerimonial da pena passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração. Nota-se um processo de mudanças no cenário penal cuja execução da pena é reorientada importando as técnicas de aprisionamento norte-americanas, bem como o modelo *Panóptico*.

O Panóptismo é constituído da prisão celular, de forma radial, construída pela primeira vez nos Estados Unidos da América do Norte, em 1800. Por este sistema, uma única pessoa, prostrada num

---

<sup>20</sup> Dura punição corporal imposta, ou não, por sentença. 2. Pena de morte. 3. Pessoa ou coisa que aflige muito; tortura – Minidicionário Aurélio Buarque de Holanda (2008). O suplício se inseriu tão fortemente na prática judicial, porque é revelador da verdade do poder. Ele promove a articulação do escrito com o oral, do secreto com público, do processo de inquérito com a operação de confissão; permite que o crime seja reproduzido e voltado contra o corpo visível do criminoso, faz com que o crime no mesmo horror, se manifeste e se anule. Faz também do corpo do condenado o local de aplicação da vindita soberana, o ponto sobre qual se manifesta o poder, a ocasião de afirmar a dessimetria das forças. (FOUCAULT, 2007: 54)

ponto estrategicamente construído, fazia a vigilância da totalidade das celas, que eram individuais. (CANTO, 2000 p. 13)

A prisão celular, inspirada no modelo *panóptico*, foi a grande novidade da revisão penal de 1890, e considerada punição moderna, tornando-se base arquitetural de todas penitenciárias. No entanto, o aumento gradativo e constante da população carcerária confrontou-se com as limitações de espaço das prisões, inviabilizando o direito à cela individual e fazendo emergir o fenômeno da superlotação. Este problema alcançou dimensões grandiosas e é até hoje insolúvel, principalmente em cidades do interior, embora, desde o século XIX, existissem movimentos sociais pela melhoria das prisões para torná-las mais eficazes.

No século XX começaram os primeiros estudos para a elaboração de uma legislação penitenciária com o Projeto de Código Penitenciário encabeçado pelos juristas Cândido Mendes, Lemos Brito e Heitor Carvalho. Cabe ressaltar que somente em 1935 o Código Penitenciário da República propôs que, além de cumprir a pena, o sistema também trabalhasse pela regeneração do detento<sup>21</sup>.

Até hoje, o Código Penal de 1940 estabelece que o cumprimento da pena de reclusão e de detenção deve ser realizado em penitenciárias e, na falta delas, em prisões comuns.

Em 1957, a publicação de uma lei que dispunha sobre normas gerais de regime penitenciário mostrou-se insuficiente, razão pela qual seguiram-se estudos sobre a matéria na forma de anteprojetos. O primeiro, elaborado por Oscar Stevenson, em 1951, e o segundo, de autoria de Roberto Lyra, em 1963, nenhum dos quais, entretanto, logrou êxito.

Finalmente em 11 de julho de 1984, foi promulgada a Lei nº 7.210, instituindo a LEP (Lei de Execução Penal), vigendo simultaneamente com a Reforma da Parte Geral do Código Penal. A Lei de Execução Penal e a Constituição de 1988 asseguram aos presos direitos básicos como alimentação, educação, instalações dignas, assistência médica e assistência social. No Brasil, a situação das prisões

---

<sup>21</sup> A categoria “regeneração” historicamente inspira-se no modelo idealizado por Jeremy Bentham que se refere a “criação de um edifício que tivesse a função de recuperar criminosos por meio de uma vigilância completa dia e noite e de uma vida austera e disciplinada dentro do presídio. De uma torre central da prisão, o prisioneiro poderia ser continuamente observado pelo carcereiro, e com isso ter o seu tempo controlado e colocado a serviço **de sua regeneração moral**” (MAIA et al. 2009:14). Neste modelo, os presos têm certeza de que são constantemente vigiados e controlados, porém não conseguem ver quem os observa.

não permite a garantia de tais direitos previstos em leis. Em 2009, o trabalho realizado pela CPI do Sistema Carcerário demonstrou o caos existente no sistema prisional brasileiro e aponta para a urgência de medidas objetivando corrigir ou minimizar as falhas identificadas. A superlotação, alimentação irregular e assistência jurídica e social aparecem em vários momentos do documento.

A situação deplorável encontrada nas principais prisões brasileiras tem ligação direta com as políticas adotadas por esse sistema. A falta de atenção voltada a esse segmento populacional também contribui para a intensificação da problemática. Em um cenário marcado por violações de direitos, o Serviço Social acaba por ser uma das únicas opções encontradas pelos internos e seus familiares para a garantia dos direitos básicos.

Quanto à construção do Conjunto Penal de Feira de Santana, a lei delegada nº 019 de 06 de abril de 1981 aprovou a sua constituição sendo inaugurado no ano de 1982. O governo do Estado da Bahia nessa ocasião era presidido por Antônio Carlos Magalhães e o primeiro diretor do Conjunto Penal foi o Coronel Elísio Pires Rebouças. Obra iniciada no Governo do Dr. Waldir Pires e concluída no governo do Dr. Nilo Coelho, sendo o secretário da Justiça e Direitos Humanos- Dr. Jutahy Magalhães Júnior.

O Conjunto Penal de Feira de Santana é mantido a partir de verbas do Governo Estadual, cabendo a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia a responsabilidade do funcionamento da instituição.

O Conjunto Penal<sup>22</sup> recebe presos de ambos os sexos já sentenciados ou que ainda estão aguardando serem julgados. As internas ficam detidas no único pavilhão composto de 16 celas, onde ficam aproximadamente 6 a 7 pessoas por cela. A população carcerária feminina no dia 18 de outubro de 2013 era de 102 internas sendo 71 em regime provisório. Os internos são alojados em 9 pavilhões, somando 38 celas que abrigam recentemente 1130 sendo 825 no regime provisório. Cada cela tem capacidade de acolher apenas 1 detento, mas devido a superlotação acaba ampliando esse número para 7 a 8 pessoas.

Reformas de ampliação estão sendo feitas na instituição. A parte interna do presídio está sendo ampliado de 340 para 1.250 vagas, serão 920 vagas a mais. A área de banho de sol está sendo cimentada e cada cela está saindo de um

---

<sup>22</sup> Dados obtidos em 2013 através de pesquisa direta na Central de Regulação e Controle do Conjunto Penal.

alojamento para quatro alojamentos, ou seja, quatro camas. A entrega da primeira etapa da ampliação de 608 vagas foi feita em 18 de outubro de 2012, pelo Governador Jacques Wagner, estando Nestor Duarte Neto a frente da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização.

Existe a proposta já aprovada de criação do pavilhão feminino no campo de futebol, que fica ao lado do conjunto penal, cujo início da obra já foi aprovado pela SUCAB (Superintendência de Construções Administrativas da Bahia). O presídio para mulheres pretende possuir aproximadamente 220 vagas, creches, berçário para os filhos das internas.

Quanto à capacidade administrativa, o conjunto penal é constituído por uma direção que tem a responsabilidade de gerenciar a instituição, seguido das coordenações de segurança, social, administrativa, saúde, coordenação de registro e coordenação de atividades laborativas e educacionais.

Quanto à sua missão institucional, a gestão da Unidade Prisional enfatiza que para além da restrição da liberdade o presídio tem a missão de *reinserção social*<sup>23</sup> do custodiado. Wacquant (2001) acrescenta que a instituição carcerária muito além de não se satisfazer ao prender pobres, por vezes considerados como inúteis, ou até mesmo como indesejáveis ou perigosos, também se esquece de que a prisão contribui para a manutenção da insegurança e do desamparo social. Esta é a realidade dos sistemas de aprisionamento e das sociedades que adotaram a prisão como pena por excelência, a exemplo do caso brasileiro. O presídio consiste em uma instituição total concebida para os pobres, meio criminógeno e desculturalizante moldado pelo imperativo (e o fantasma) da segurança, a prisão não pode senão empobrecer aqueles que lhe são confiados e seus próximos, despojando-os um pouco mais dos magros recursos de que dispõem quando nela ingressam, obliterando sob a etiqueta inflamante de “penitenciário” todos os atributos suscetíveis de lhes conferir uma identidade social reconhecida [...] e lançando-os na espiral irresistível da pauperização penal, face oculta da “política social” do Estado para com os mais pobres, que vem em seguida naturalizar o discurso inesgotável

---

<sup>23</sup> A conjuntura atesta que as administrações penais estão tendo resultado pouco efetivos no que tange as práticas consideradas “ressocializadoras”, fato que se justifica diante da incompatibilidade existente entre as propostas de ações voltadas à humanização e à reinserção social dos apenados e as práticas institucionais que são seguramente mais orientadas por princípios de ordem, segurança e disciplina, gerando não só uma contradição entre o que prevê a legislação e o que é executado nas prisões, mas também uma verdadeira repressão e violação de direitos dos indivíduos custodiados pelo Estado. (JESUS, 2012:40).

sobre a “reincidência” e sobre a necessidade de endurecer os regimes de detenção. (WACQUANT, 2001: 143-144)

Neste sentido, verifica-se um enorme desafio no que tange à inserção do Serviço Social nos respectivos espaços. A prisão é marcada, dentre outros, por se constituir em mecanismo de controle social mais explicitamente repressivo acionado quando todos os outros, de caráter mais consensual, falharam. Abordamos também que a natureza da prisão inflige às práticas profissionais que se desenvolvem em seu interior algumas particularidades, quase todas elas dependentes da atribuição histórica de contribuir para a consecução de um ideal ressocializador que, em essência, se centra na pessoa presa (e não nas relações sociais), buscando a efetivação de uma reforma moral. Daí reside o desafio de instituir possibilidades na direção de ruptura com os limites institucionais gerados em um contexto de confinamento e aniquilamento humano. Os dilemas e contradições são inúmeros diante da afirmação do Projeto Ético-Político da profissão mas é preciso identificar as potencialidades das dimensões criativas e propositivas das ações profissionais e de sua instrumentalidade, (re)criando novos direcionamentos e visando ampliar o acesso das famílias e presos às políticas públicas e ao conjunto de direitos humanos.

Uma estratégia, portanto, estaria na forma de realizar o trabalho. No como! Entendemos que isso não alteraria por si mesmo a ordem ou situação, mas canaliza para uma direção mais emancipatória se esse como for pensado considerando alguns vieses como: a horizontalidade, a perspectiva de não adestramento, a autonomia, o respeito das vontades, a garantia da expressão e da visibilidade da diversidade, o rompimento com práticas maniqueístas e preconceituosas seja em relação à raça, ao gênero, à orientação sexual, à convicção religiosa ou ainda à condição geracional. Ademais, esse fazer pressupõe encaminhamentos numa perspectiva de direitos, de ampliação da cidadania e reivindicação/ visibilidade de demandas profissionais ao Estado. Estratégias como essas, ainda que também enclausuradas e com enormes obstáculos para serem efetivadas, tendem a aproximar os profissionais de uma direção mais emancipatória. Inegavelmente, os resultados alcançados pelos que perseguem uma concepção mais crítica e processual da realidade serão diferentes dos resultados conseguidos pelos que seguem na resignação (GUINDANI, 2001 e 2002).

Na próxima seção, os resultados da pesquisa de campo revelam a

complexidade do fazer profissional, permitindo por meio deste trabalho monográfico buscar aproximações com o cotidiano do trabalho dos assistentes sociais do Conjunto Penal.

### **3.3 Limites e Possibilidades do Serviço Social da CPFS: Refletindo sobre a Instrumentalidade**

A proposta desta seção consiste em apresentar discussões a respeito da atuação do Serviço Social na Unidade Prisional, apresentando brevemente considerações acerca do projeto profissional, incluindo a identificação das Condições Objetivas e Subjetivas do Fazer Profissional.

A análise da Lei de Execução Penal e de suas alterações, dos documentos oficiais obtidos junto ao Ministério da Justiça, de estudos estatísticos, da literatura consultada sobre o tema e da própria realidade do sistema prisional em nosso país permitem-nos avaliar, entre outras assertivas, que a proposta de ressocialização preceituada pelo Estado brasileiro restringe-se a uma perspectiva de tratamento, de ajustamento e de correção do indivíduo preso, ainda que não realizada, e que se sustenta por uma compreensão dogmática, conservadora e maniqueísta de organização social. A Lei de Execução Penal (LEP) estabelece em seu artigo 10, que é dever do Estado prestar assistência ao interno, além de definir os tipos de assistência destinados ao interno, tais como: a assistência material, acesso a saúde, suporte jurídico, educacional, religioso e social. No intuito de reforçar a necessidade do Serviço Social nos espaços prisionais, a LEP, em seu Art. 41 - define como um dos direitos dos presos a prestação da assistência social.

Maiores produções acadêmicas e sistematizações da prática profissional do Serviço Social no sistema penitenciário vem ganhando espaço nos últimos anos, tendo em vista o reconhecimento da necessidade do assistente social na esfera das prisões onde a correlação de forças é tensionada pela própria natureza institucional possuindo uma lógica opressora.

Com o aprofundamento das expressões da questão social e o aumento da barbárie social fruto de um processo de acumulação excludente houve um aumento das formas coercitivas e de controle social, reforçando tendências

neoconservadoras<sup>24</sup> de (re)ajustamento do indivíduo ao sistema. Como inicialmente constatamos, o Serviço Social na sua gênese estava vinculado ao projeto reformista conservador metamorfoseando as chamadas expressões da questão social em problemas sociais que precisavam de tratamento e adequação ao sistema.

A profissão nos espaços prisionais necessariamente deve se respaldar nos marcos legais possuindo leitura crítica sobre seus dispositivos, minimizando a apreensão de suas práticas pelas “amarras burocráticas” e pelos processos de normatização dos comportamentos. A LEP discrimina as atribuições do profissional de Serviço Social no Sistema Prisional, entretanto estas ainda estão referenciadas à um Serviço Social conservador e pouco autônomo e não afinado com o projeto ético político da profissão que enquanto projeto profissional coletivo e hegemônico reafirma o compromisso da profissão com a construção de uma nova ordem societária, mais justa, democrática e garantidora de direitos universais. A Lei de Execução Penal em seus artigos 22 e 23, trata da assistência social para as pessoas em situação de prisão enfatizando que:

Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social:

I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames;

II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;

III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;

IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;

VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho;

VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Ainda, no que se refere à inserção do Serviço Social no espaço prisional, o Plano Diretor do Sistema Penal do Estado do Paraná (2011) estabelece que o trabalho do assistente social no sistema penitenciário se organiza levando em

---

<sup>24</sup> O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o *outro*, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do *outro*: quando o *outro* é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças. (BARROCO, 2011: pág. 209)

consideração: “... as demandas postas socialmente no cotidiano da vida carcerária, não somente detendo-se ao que foi previsto na LEP, artigos 22 e 23, sendo especificado em cada unidade penal.” Com isso, fica evidente que o profissional deve se articular de forma a intervir de maneira criativa, transcendendo o modelo de intervenção social preconizado pela LEP. As possibilidades de trabalho dos assistentes sociais se constituem em um campo ampliado, não se resumindo aos artigos 22 e 23 da legislação em questão.

### **3.3.1- Conhecendo o Serviço Social do Conjunto Penal de Feira de Santana**

O Conjunto Penal de Feira de Santana desde sua inauguração até os dias atuais conta com a presença do profissional de Serviço Social sofrendo nos últimos anos uma importante ampliação no número de vagas de assistentes sociais em seu interior. Atualmente, a instituição conta com 9 profissionais, sendo um deles responsável pela coordenação do Serviço Social na instituição. Todos contratados sob Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, com carga horária semanal equivalente a 30 horas. Observa-se nos últimos 2 anos, uma ampliação significativa no quantitativo de profissionais, o que vem refletindo positivamente nos trabalhos por eles desenvolvidos.

O setor do Serviço Social possui uma sala onde são realizados os atendimentos. Entretanto, a estrutura física não está em consonância com o que propõe o Código de Ética profissional. A disponibilidade da sala (quanto à sua estrutura) e a própria acústica interferem na garantia do sigilo profissional no momento do atendimento. Essa situação repercute negativamente no fortalecimento dos vínculos com os usuários e suas famílias, provocando constrangimento ou medo diante da presença de outras pessoas no ambiente.

Com relação à dinâmica de atendimentos, as internas (sexo feminino) são atendidas durante a segunda-feira e os internos (sexo masculino) atendidos na terça-feira<sup>25</sup>. A solicitação do atendimento pelo interno na maioria das vezes é feita por meio de petições<sup>26</sup>, uma solicitação de própria autoria, entregue aos agentes

---

<sup>25</sup> Essa distribuição do atendimento foi proposta pelo Serviço Social da Unidade para melhor operacionalização do atendimento.

<sup>26</sup> As petições ao qual nos referimos, são pequenos papéis manuscritos feitos pelos internos que repassam aos agentes que encaminham ao Serviço Social.

penitenciários que encaminham ao setor do Serviço Social. Em outro caso, o próprio Serviço Social solicita aos agentes penitenciários a presença do usuário para realizar o atendimento.

Dentre os atendimentos direcionados aos internos, observa-se em sua maioria a busca por acompanhamento processual, ligação para familiares, pendências com benefícios, documentações, registros e regularização de visitas. Apesar da coordenação ter estabelecido os dias de atendimento, objetivando a organização do setor, isso não impede que em casos de necessidades, o interno venha a solicitar tal atendimento, haja vista a presença dos profissionais todos os dias na instituição.

A confecção de carteiras de visitantes, as possíveis regularizações e renovações, são feitas nas quartas-feiras e sextas-feiras. Esse também é um momento onde o assistente social tem contato direto com o familiar do interno, podendo orientá-lo e informá-lo quanto aos procedimentos, direitos e regras a respeito da instituição.

Paralelo à rotina de atendimentos existem os projetos que são realizados pelo setor do Serviço Social que de forma articulada com os demais setores buscam a criação de projetos procurando garantir direitos aos internos, além de reforçar o compromisso ético-político da profissão. Sendo assim, estes são desenvolvidos seguindo uma agenda anual, onde cada data comemorativa possui um projeto vinculado. *Temos como exemplo: o dia dos pais, o dia das mães, outubro rosa, novembro azul, dia das crianças etc.* Vale ressaltar que tais ações não se resumem a simples comemoração da data, o objetivo reside em trabalhar as temáticas socializando informações no campo das políticas sociais, reforçando ações de promoção da saúde, direitos sociais dentre outros.

Um grande avanço para o Serviço Social recentemente é a sala de Pronto Atendimento, onde o interno assim que inicia a sua entrada na unidade, passa pelo atendimento conjunto de uma equipe multidisciplinar, envolvendo psicólogos, enfermeiros e assistente social.

Uma nova forma de organização de trabalho está sendo consolidada no setor de Serviço Social, incluindo o trabalho com profissionais existentes no pavilhão masculino, pavilhão feminino, pronto atendimento e constituição da equipe de

referência<sup>27</sup> de atendimento ao familiar. A divisão por equipe de referência se deu a partir da necessidade de uniformizar os serviços podendo atuar de maneira mais efetiva objetivando a garantia dos direitos aos usuários.

A partir das respostas obtidas pelos entrevistados foi feito um mapeamento das principais atividades desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social da instituição: *Atendimento aos internos e familiares, encaminhamentos, identificação na instituição dos fatores que podem melhorar a resolutividade das demandas, elaboração e execução de projetos, viabilização de encontros íntimos, realização de triagem de todo interno que adentrar na unidade prisional, controle do acesso de familiares e outros visitantes na instituição através do acolhimento e cadastro de carteira de visitantes, realização de visita institucional sempre que necessitar, relatórios, laudo, pareceres, supervisão de estágio, desenvolvimento de estudo social, realização de trabalhos junto com a equipe multiprofissional, encaminhamentos para reconhecimento de paternidade, expedição e recebimento de ofícios, realização de grupos focais, projetos sociais, dentre outros.*

Cortês (2013) menciona que pouco se problematiza sobre os instrumentos técnico-operativos do Serviço Social, mesmo estes se configurando como meios importantes para a execução das atribuições, sendo aliados estratégicos para um exercício profissional comprometido e contextualizado. Por isso, os instrumentos, postos no conjunto da instrumentalidade, precisam ser debatidos e problematizados no meio acadêmico e profissional, uma vez que, no âmbito do exercício cotidiano do assistente social, quando esvaziados de objetivos, esses instrumentos acabam como vilões, que subordinam o exercício profissional à burocratização e à racionalidade formal-abstrata. No âmbito acadêmico, constitui-se em um desafio problematizar os instrumentos de maneira a superar duas tradicionais tendências da formação em Serviço Social: a primeira remete ao ensino dos instrumentos de forma pragmática, apresentando um manual/ receita, que desconsidera a diversidade dos espaços sócio-ocupacionais, dos processos de trabalho em que se insere o assistente social; na segunda, ao tentar fugir do pragmatismo, abandona-se a discussão e a abordagem dos instrumentos técnico-operativos em sala de aula,

---

<sup>27</sup> DOMITTI & CAMPOS (2007, pág. 400) mencionam que a equipe de referência é um rearranjo organizacional que busca deslocar o poder das profissões e corporações de especialistas, reforçando o poder de gestão da equipe interdisciplinar. A equipe ou profissional de referência são aqueles que têm a responsabilidade pela condução de um caso individual, familiar ou comunitário. Objetiva ampliar as possibilidades de construção de vínculo entre profissionais e usuários

configurando um viés teoricista no ensino.

Identificou-se um conjunto de ações empreendidas na atuação dos assistentes sociais, destacando-se a formulação de projetos e iniciativas destinadas para os usuários e suas famílias. De acordo com a coordenação de Serviço Social da instituição desde o final do ano de 2013 foram planejados para serem executados diversos projetos voltados ao atendimento e a garantia dos direitos dos usuários, tais como: *projeto Porta de Entrada ou Plano de Ação Biopsicossocial, datas comemorativas com cronograma anual (dia das mães, consciência negra....) contribuição com o projeto multiplicadores de saúde com a participação de internos e agentes capacitados pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) com um curso de urgência e emergência, projetos mensais com temas pré-estabelecidos em parceria com a educação, projetos específicos por gênero (ala masculina e ala feminina), projeto de fortalecimento de vínculos familiares, desenvolvimento de ações com filhos dos internos, saúde na escola, ações socioeducativas desenvolvidas na escola da unidade, participação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, dentre outros.*

Pode-se dizer que para além das atividades ligadas aos projetos, o Serviço Social deve se ater na importância estratégica de sua atuação em um espaço marcadamente violento. A instrumentalidade consiste em pensar a profissão transcendendo sua especificidade, refletindo sobre as infinitas possibilidades de intervenção profissional.

Ao relegar as discussões sobre o significado social e político da profissão a segundo plano, em detrimento das formas de realizar a intervenção, ao conceber as relações sociais entre sujeitos envolvidos nesse processo como neutras, ao não atribuir a devida importância às formas de representação que informam a profissão – a sua razão de conhecer –, os assistentes sociais suprimem o conteúdo social de suas ações e incorporam (acriticamente) o conteúdo funcional e tradicionalmente atribuído pela ordem burguesa. (GUERRA, 2007, p.150)

Inserido nessa realidade, cabe ao assistente social desenvolver a sua capacidade e habilidade articulando as dimensões supracitadas, para se munir na defesa do projeto ético-político profissional. Assim, é preciso, cada vez mais, qualificar a prática, colocar em pauta os desafios inerentes à profissão no cotidiano

dentro dos espaços acadêmicos e de trabalho, para que a teoria não seja encarada na imediaticidade da “aplicação” na prática, mas como subsídios à reflexão das contradições da sociabilidade capitalista, superando a falácia de que “na prática a teoria é outra”.

Requisita[-se] um profissional culto, crítico, e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Esses elementos, aliados à pesquisa da realidade, possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. (IAMAMOTO, 2011, p.208).

Diante do exposto, considera-se que a intervenção crítica qualificada direcionada aos valores da democracia e da emancipação humana, só é possível se subsidiada pelo conhecimento e executada estrategicamente, no cotidiano do fazer profissional, utilizando-se como importante aliada à instrumentalidade do Serviço Social. Esse é o desafio!

### **3.3.2 As Condições de Trabalho dos (as) Assistentes Sociais do CPFS: Identificando as Condições Objetivas e Subjetivas do Fazer Profissional**

Ao questões relacionadas ao trabalho dos assistentes sociais no Conjunto Penal de Feira de Santana devem ser analisadas cuidadosamente levando em conta as condições objetivas e subjetivas subjacente ao modo como se operacionaliza o agir profissional. No presente tópico, “as falas” dos assistentes sociais foram problematizadas por meio da definição de eixos temáticos, são eles: autonomia profissional, instrumentos e técnicas, limites, possibilidades, desafios e redes. Compreender a dinâmica do processo de trabalho dos assistentes sociais do CPFS torna-se tarefa fundamental para conhecer e aprofundar o debate. Nesta perspectiva:

O processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividade prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. (GUERRA, 2007, pg. 6)

Entendendo que as condições objetivas estão ligadas à produção material da sociedade, é o caso da divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, os campos de intervenção, as relações e condições materiais de trabalho etc. Já as questões do âmbito subjetivo estão intimamente ligadas à produção de conhecimento sobre os assistentes sociais do Conjunto Penal, ressaltando elementos pertinentes à formação profissional, seu preparo teórico-metodológico, dentre outros.

As condições objetivas são amplamente debatidas em números quando analisamos o trabalho realizado pela CPI do Sistema Carcerário realizada em 2008 demonstrando o “caos” existente no sistema prisional brasileiro, apontando para a urgência de medidas objetivando corrigir ou diminuir as falhas identificadas. A superlotação, alimentação irregular, assistência social e jurídica aparece em vários momentos do documento.

A situação deplorável encontrada nas principais prisões brasileiras tem ligação direta com as políticas adotadas pelo sistema. O quadro demonstra a situação de precarização dos vínculos empregatícios e de descaso com a população carcerária. Em um cenário marcado por violações de direitos, o Serviço Social acaba por ser uma das únicas opções encontradas pelos internos e seus familiares para garantia dos direitos básicos.

Rodrigues (2012) salienta que o profissional de Serviço Social atua diretamente com diferentes dimensões da questão social e, no âmbito do sistema prisional, enfrenta desafio maior uma vez que necessita conjugar ações no campo dos direitos humanos e de cidadania, das políticas sociais públicas, das famílias, especialmente no que concerne às crianças e adolescentes, aos idosos, às relações de afeto. Os métodos de trabalho dependem do espaço ocupacional e das equipes de que participam os assistentes sociais; as ações profissionais dependem também e, sobretudo, da vontade política encontrada nas instituições prisionais.

O regime de contratação dos profissionais é um outro ponto relevante da pesquisa devendo ser aprofundado na discussão dos limites e possibilidades do trabalho profissional no âmbito do Conjunto Penal. Um contrato temporário pode ser revalidado por igual período, tendo o profissional o tempo máximo de 4 anos de trabalho na instituição. Tal forma de contratação tende a fragmentar a prática profissional e a fragilizar a organização e mobilização política por parte dos assistentes sociais, atingindo diretamente sua relativa autonomia<sup>28</sup> na instituição. Todos os assistentes sociais do Conjunto Penal de Feira de Santana estão vinculados ao regime de trabalho temporário.

As transformações societárias oriundas do processo de reestruturação produtiva do capitalismo aliada à retração do Estado em suas responsabilidades no campo social rebatem fortemente no mercado de trabalho. Sendo assim, o Serviço Social sofre diretamente as consequências de tais reordenamentos, passando a conviver com a precarização, terceirização e contratos temporários que colocam o profissional em uma situação desconfortável. Essa conjuntura rebate no trabalho do assistente social, o qual necessita possuir domínio dos seus preceitos éticos para a defesa de um trabalho de qualidade voltado à “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 2011, p. 23).

Mesmo assim, atuamos sempre no limiar das contradições e o fortalecimento da profissão é derivado também do conhecimento que temos das nossas competências e habilidades. As atribuições, de forma ampla e geral, são consideradas para além das prerrogativas legais do serviço social. Apreende-se o fato de que, ao instituir um contrato de trabalho, o empregador estabelece algumas atividades, as quais espera que o assistente social desenvolva na instituição; essas são atribuições também, embora não necessariamente privativas.

Nesse sentido, as atribuições devem também se amoldar às competências profissionais. Assim, foi feita uma relação das atribuições contidas em algumas competências presentes no texto legislativo, para melhor visualizar e compreender o exercício do assistente social:

---

<sup>28</sup> As condições atuais do capitalismo contemporâneo - globalização financeira dos capitais e sistemas de produção apoiados intensivamente nas tecnologias de informação promovem expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho, decorrendo daí a existência de amplos contingentes de trabalhadores *flexibilizados, informalizados, precarizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva* (Antunes, 2005).



Fonte: Lei de Regulamentação da Profissão- 8.662/1993.

Iamamoto (2005) chama também atenção para o significativo crescimento da demanda dos serviços por parte da população usuária, mediante o forte processo de pauperização presente. Por outro lado tem-se a falta de verbas das instituições prestadoras dos serviços sociais públicos, obedecendo a redução dos gastos no campo social, em consonância com a política econômica governamental. O assistente social na condição de trabalhador assalariado acaba sentindo os impactos das transformações no mundo do trabalho.

Ora, ao vender sua força de trabalho em troca do salário [...], o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se às exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora (IAMAMOTO, 2005, pg. 97).

O termo *exigências* mencionado na citação anterior não deve ser confundido como uma total autonomia por parte do empregador, ou seja, existe uma autonomia relativa do assistente social no seu fazer profissional. E é essa autonomia relativa

que possibilita que seja de responsabilidade do assistente social a definição de prioridades, além de definir as formas ao qual se executará o seu trabalho. Segundo lamamoto (2005), “o assistente social, em função de sua qualificação profissional, dispõe de uma relativa autonomia teórica, técnica e ético-político”.

Dessa forma, a autonomia torna-se um fator de suma relevância para uma atuação crítica, propositiva, comprometida com o projeto ético político da profissão. Sendo assim, buscou-se através da entrevista, identificar de que forma os profissionais vem exercendo sua autonomia no decorrer de seus trabalhos no Conjunto Penal de Feira de Santana. Quanto ao eixo autonomia, os entrevistados relataram que:

**Profissional 1:** *Na minha concepção o Serviço Social vem sendo implementado neste período de dois anos com a chegada da nova equipe, os demais profissionais da instituição não compreendiam quais as atribuições dos assistentes sociais, que era confundida com as atribuições de auxiliares administrativos, hoje com os resultados gerados pela implementação do serviço social na instituição passamos a ter maior autonomia enquanto profissionais. Apesar de estarmos distante do desejado, hoje a equipe consegue trabalhar de acordo com suas competências e tem uma relativa autonomia.*

**Profissional 2:** *A autonomia do assistente social em presídios é uma questão extremamente discutida em todas unidades prisionais, visto que a segurança, por sua vez, com o número reduzido de profissionais acabam tornando-se um dos maiores entraves do serviço social. Os profissionais da área de segurança acabam travando o nosso trabalho, porém compreendemos a importância do trabalho deles, além de observar que desde 2011, a questão da autonomia profissional vem melhorando aqui dentro.*

**Profissional 3:** *[...] pelo que pude ter visibilidade no pouco tempo de experiência, estou muito satisfeito (a) com minha atuação profissional no âmbito sócio-jurídico. Acredito que dentro da unidade prisional mesmo com a questão da segurança, a questão penal, a questão punitiva e o controle institucional nós conseguimos desenvolver uma certa autonomia dentro do Conjunto Penal; não sei se por que a instituição nos oferece essa flexibilidade. Temos autonomia para desenvolver ações, programas, projetos dentro da unidade, temos liberdade para ofertar essas ações e efetiva-las, claro que em consentimento com a direção e a segurança. Respeitando as limitações advindas da segurança.*

A partir das respostas obtidas, pode-se notar uma concordância entre os assistentes sociais, ao tratarem da autonomia profissional como algo presente na instituição. No entanto, deixam claro que trata-se de uma *autonomia relativa*, que apresenta limites no que diz respeito ao embate com a coordenação de segurança da instituição. Sabe-se que a preocupação entorno da manutenção da ordem e da segurança no interior das instituições prisionais ocupa um lugar de destaque, deixando outros setores como secundários e portanto subordinados ao primeiro. Dessa forma, as demais coordenações (assistência social, saúde e educação), tendem a desenvolver suas atividades mediante “acordos” com a segurança, levando em consideração a disponibilidade ou não, da realização de tais ações. Se por um lado temos um impasse gerado pela questão da segurança, por outro observa-se que os profissionais aqui entrevistados, entendem tal comportamento da segurança, uma vez que compartilham do pensamento de que em tais espaços é necessário uma preocupação intensa com a segurança e a manutenção da ordem.

Por outro lado, o fato de entender o posicionamento da coordenação de segurança, não deixa os profissionais acomodados e inertes perante os empecilhos postos por esse setor no decorrer das ações do Serviço Social na instituição. Dessa forma, os entrevistados chamaram atenção para o estabelecimento constante de acordos e diálogos junto a direção e a coordenação de segurança, que tem provocado efeitos caracterizados pela concretização de programas, projetos e atividades em defesa dos direitos humanos dos internos.

Foi identificado como um elemento comum nas respostas obtidas dos entrevistados a conquista do espaço pelos assistentes sociais na instituição ampliando a sua autonomia mesmo que ainda relativa, para exercerem o seu trabalho, objetivando a garantia dos direitos da população usuária. Vários fatores contribuíram para o crescimento quantitativo e qualitativo no campo do Serviço Social na instituição. Podemos citar a contribuição de novos profissionais recém formados a partir das reformas pertinentes no currículo do Serviço Social, o aumento quantitativo de profissionais na instituição mesmo que em condições contratuais precarizadas, o apoio por parte da direção do presídio, que não se opõe à realização dos projetos sociais criados e implementados na instituição, dentre outros fatores. Observa-se que mesmo diante da precarização existente no setor de Serviço Social, os profissionais do CPFS, vem fazendo aquilo que Iamamoto (2005) já chamava atenção ao tratar do Serviço Social na Contemporaneidade:

[...] essa realidade de precariedade dos serviços públicos que enfrentamos e da qual temos de partir no cotidiano profissional, não podendo deixar que ela nos asfixie. Não temos de ser necessariamente levados ao imobilismo, à descrença, à desilusão profissional. Há que superar essa posição fatalista, como também aquelas visões idealizadas [...] (IAMAMOTO, 2005, pg161).

A falta de condições objetivas e subjetivas é sim um condicionante na intervenção profissional, porém tal fato não pode criar uma sensação de impotência nos profissionais a ponto de ficarem inertes, perante às demandas postas ao Serviço Social.

No que diz respeito a utilização dos instrumentos e técnicas na intervenção profissional dos entrevistados, percebeu-se que todos tinham a concepção da importância de tais dispositivos na atuação profissional. No entanto, a discussão a respeito dos instrumentos e técnicas, acaba ficando descolada das dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional, que no nosso entendimento refere-se à sua instrumentalidade, ou melhor, à dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão. Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender “para que” (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as consequências que no nível “mediato” as nossas ações profissionais produzem. (GUERRA, 2007, p.30, grifo da autora). Quando questionados a respeito do eixo *instrumentos e técnicas* por eles utilizados no cotidiano profissional, obtivemos as seguintes respostas:

**Profissional 1:** *Eu utilizo fichas, encaminhamentos, ofícios, parecer, relatórios sociais, atendimento de demanda espontânea, atendimento de acompanhamento e/ou retorno e escuta.*

**Profissional 2:** *Utilizo as leis específicas tipo LEP, estatuto da criança, criação de vários instrumentais tipo- ofícios matriz como modelo, averbação, auxílio reclusão, cadastro de visita, reconhecimento de paternidade. A partir do momento em que se percebe a necessidade a partir de uma demanda, modificamos sempre os instrumentais a serem utilizados, todos embasado nas políticas e nas leis.*

**Profissional 3:** *Utilizamos livro de registros de atividades, relatório social, parecer social, estudo social, encaminhamento, fluxo de encaminhamento, ofícios, técnica de contato direto com as pessoas atendimento, acompanhamento, as reuniões, os trabalhos em grupos, ações desenvolvidas sócioeducativas, elaboração de laudos, investigação de afinidades quando há necessidade, visita institucional.*

O profissional no momento em que faz o uso dos instrumentos e técnicas, se depara muita das vezes com obstáculos seja pela ausência de materiais básicos como papel, caneta, espaço físico, computadores etc., ou até mesmo a falta de articulação institucional para a resolutividade da demanda apresentada. Na tentativa de mapear tais dificuldades encontradas no Conjunto Penal de Feira de Santana, elencou-se as respostas dos entrevistados quando questionados a respeito desse aspecto:

**Profissional 2:** *Na maioria das vezes não temos o retorno dos nossos encaminhamentos, encaminhamos mas não temos tempo de estar verificando se a demanda foi ou não atendida.*

Ao mesmo tempo em que se tem um aumento da população usuária dos serviços socioassistenciais simultaneamente ocorre o processo de precarização das suas condições de trabalho. Contratos cada vez mais curtos e precarizados impedem de certo modo, a continuidade de muitos projetos, que são esquecidos ou deixados de lado com a saída de um profissional<sup>29</sup>. Tudo isso contribui para uma atuação profissional fragilizada que na maioria das vezes se quer tem as respostas de seus encaminhamentos. Trindade (2012) reforça a importância do acompanhamento social, no momento em que é fundamental esse processo por parte das instituições ao qual os usuários são atendidos. Vale lembrar que o usuário

---

<sup>29</sup> Compondo o cenário das novas necessidades do processo de acumulação capitalista – centradas na fratura das alteridades do trabalho -, emerge no horizonte do trabalho uma fragmentação objetiva do trabalho coletivo, expressa na construção de dois grandes grupos de trabalhadores: os empregados estáveis do grande capital e os trabalhadores excluídos do emprego formal, estes últimos, sujeitos ao trabalho desprotegido. (MOTA; AMARAL, 2010, p. 31).

é o principal prejudicado nessa relação de perda presente na atual conjuntura do capitalismo. Para Trindade (2012) esse momento:

“[...] poderia ser um excelente motivador de ações que acionassem a rede dos serviços a que o cidadão tem direito, fazendo com que as informações circulassem através de relatórios e pareceres sociais. Assim os assistentes sociais poderiam contribuir não somente com o atendimento na sua instituição e com a sua equipe, mas com a mobilização da rede de serviços no território[...]” (TRINDADE, 2012, pg. 81).

Posteriormente, o estudo contemplará a análise do eixo que aborda a discussão das redes e sua relação com o Serviço Social no Conjunto Penal de Feira de Santana-BA.

A partir desse pressuposto, podemos dizer que as dificuldades em se fazer o acompanhamento social, e a busca por retorno, podem ser minimizadas com a articulação, formação e fortalecimento de uma rede de serviços.

**Profissional 2:** *Um grande exemplo das dificuldades é quando os profissionais de outros setores recebem os encaminhamentos que não sabem de fato como proceder para resolver, sentem-se ofendidos pela hierarquia, ou muitas vezes não respondem.*

Aqui se observa a questão da interdisciplinaridade, haja vista que a maioria das intervenções do assistente social na referida instituição é realizada com a participação de uma equipe multidisciplinar, cabendo um diálogo construtivo, que busque a melhor forma de resolver as demandas apresentadas pelos usuários.

**Profissional 3:** *Materiais permanentes internet, papel, carro etc.*

O profissional III, traz à tona a discussão de um problema que interfere diretamente na intervenção profissional que são as condições objetivas de trabalho. A constante falta de materiais básicos para a intervenção profissional foi apontada como um grave problema a ser enfrentado. No caso específico do Conjunto Penal de Feira de Santana, haja vista ser uma instituição penal, que recebe poucos incentivos governamentais, e que faz parte de um sistema falido que é o sistema penal

brasileiro, é comum a falta de papel, internet, telefone, dentre outras ferramentas básicas fundamentais na ação profissional.

Os problemas foram evidenciados nas falas no momento em que perguntamos a respeito dos principais desafios, limites e possibilidades do fazer profissional do assistente social no Conjunto Penal de Feira de Santana.

**Profissional 1:** *Os limites encontrados dentro da instituição são na grande maioria os comumente encontrados nos outros campos e atuação: não entendimentos pelo outros integrantes das equipes acerca das atribuições do Serviço Social, escassez de recursos e matérias para execução dos projetos e atividades, está submetido a hierarquia de profissionais que muitas vezes não estão no cargo por meritocracia e sim por indicação política, o regime de contratação (temporário) deixa vulnerável a categoria. Além desses fatores é que por ser uma unidade prisional, o assistente social trabalha na contramão da concepção que o preso seja punido e sim que devemos garantir o direito, de fato essa postura gera conflitos com os demais integrantes da instituição.*

Observa-se aí, um elemento novo no que diz respeito às dificuldades encontradas pelos profissionais na garantia dos direitos dos usuários no Conjunto Penal de Feira de Santana. O fato de que no senso comum tais pessoas são vistas como perigosas, ameaçadoras da ordem, sujeitos que a todo tempo são estigmatizados e analisados pelo crime que comentou; os colocando na posição de não cidadão, ou seja, a eles não caberiam acesso as chamadas políticas públicas, vistos por muitos como regalia. Assim sendo, a garantia do direito a visita íntima, ao auxílio reclusão, a saída temporária em datas especiais, tudo isso é visto com maus olhos tanto pela sociedade como por muitos que compõem o corpo técnico profissional das unidades prisionais. Daí a afirmativa do profissional entrevistado quando diz “o assistente social trabalha na contramão da concepção que o preso seja punido e sim devemos garantir o direito”.

**Profissional 2:** *“um dos principais desafios é a existência de profissionais que visem a garantia dos direitos dos nossos mandatários, que são os internos. Possibilidades são várias, atualização, aperfeiçoamento para dar uma resposta satisfatória que venha a atender as demandas dos usuários. Desafios são enormes,*

*desde o não retorno das petições e guias, até a dificuldade de resolutividade que a gente barra nas instituições, até mesmo dentro do próprio presídio como nas escoltas, falta de carro, efetivo de polícia, número de agentes, demora muito tempo.*

**Profissional 3:** *Uma das maiores dificuldades é a falta de flexibilidade da segurança, apesar de entendermos o posicionamento, tentamos viabilizar meios para desenvolver as ações. Um lado positivo é o apoio da diretoria que tem a perspectiva de trabalho participativa e colaborativa, além dos outros setores que contribuem com nossas atividades, desenvolvemos ações com saúde educação, setor jurídico, ou seja um trabalho interdisciplinar.*

As falas acima expressam vários pontos em comum revelando a insatisfação dos profissionais quanto ao vínculo empregatício por contrato temporário, falta de material para a realização dos trabalhos e a falta de flexibilidade da segurança. A proposta da pesquisa de campo também esteve centrada na captação das possíveis alternativas capazes de solucionar ou minimizar as dificuldades colocadas aos assistentes sociais. Dessa forma, perguntamos aos entrevistados, quais seriam tais alternativas e os sujeitos da pesquisa relataram que:

**Profissional 1:** *O enfrentamento vem sendo feito, através do posicionamento dos profissionais referente às atribuições, pois a partir do momento que instituição percebe que a equipe tem uma postura profissional a realizar o que é atribuição do serviço social e com isso passa a gerar resultados positivos, passamos a ter maior autonomia.*

**Profissional 3:** *A alternativa para enfrentamento do principal limite que é a questão da permanência do que já conseguimos conquistar na unidade prisional é a efetivação de concursos públicos no âmbito sócio-jurídico principalmente nas unidades prisionais, para que esses serviços continuados sejam uma realidade, e deixe de ser algo pontual, fatalista e interrompido, quando conseguimos engatar nesse processo, temos os trabalhos interrompidos. Na verdade a proposta do Estado deveria ser outra.*

Com relação aos principais desafios encontrados para a efetivação do projeto ético político profissional na instituição apenas um entrevistado afirmou não ver

desafios na efetivação de tal projeto. Já os outros profissionais, destacaram o sigilo profissional, a influência da segurança, e a falta de compreensão por parte dos próprios assistentes sociais a respeito do projeto ético político profissional. O Projeto Ético-Político (PEP) é um elemento-chave para observar a “autoimagem da profissão”, visto que orienta prioridades e dá um conteúdo político ao exercício do assistente social (NETTO, 1999). Assim, “o projeto ético-político deve ser entendido como uma projeção coletiva de determinado grupo social, no caso assistentes sociais, que representa concepções hegemônicas em seu meio” (BRAZ, 2004, p. 56), direcionando a atuação profissional nos marcos das relações com a instituição, os usuários e os outros profissionais.

***Profissional 1:** Muitas vezes as dificuldades partem dos próprios colegas da profissão, que muitas vezes por má compreensão do projeto ético político da profissão dificultam os que melhor compreendem de efetivar.*

A fala acima evidencia a importância da formação profissional do assistente social em fortalecer e pautar-se na proposta do PEP. É um quadro que incita uma preocupação acerca da materialização do projeto ético-político, no cotidiano do exercício do assistente social, visto que o PEP é resultado de uma conquista do projeto profissional crítico e progressista fundado em princípios e valores, como:

A liberdade (não só formal, negativa, mas que considere a potencialidade), a democracia substantiva (e a democratização); a cidadania e sua expansão, ampliando os direitos humanos, civis, políticos e sociais; a justiça social (e a igualdade social, que não se confundem com a identidade); as políticas sociais universais, não-contributivas, de qualidade e constitutivas de direito de cidadania; a ampliação da esfera pública; a eliminação de toda forma de exploração, dominação e submissão como sistema de convivência social e de desenvolvimento de uma essencial cidadania e da emancipação humana. (MONTAÑO, 2006, p. 144).

O projeto ético-político não é estático ou uma verdade absoluta; ele está em constante disputa social e na própria categoria, problematizando o que ocorre na dinâmica societária respeitando o princípio do pluralismo de ideias e posicionamento

político. Por essa razão, não pode ser pensado como um “monumento em que você se espelha”, como sugerido na fala anterior, pois não é engessado ou “revisto de tempos em tempos” – como algo longínquo; o PEP está sempre atualizado ao movimento da sociedade.

Podemos também identificar nas falas dos entrevistados uma preocupação extrema com a questão do sigilo profissional no que concerne à dimensão da ética profissional, onde foi pontuada a inadequação do espaço físico para o atendimento.

**Profissional 2:** *A questão do sigilo perpassa pela questão da segurança, uma outra questão é a autoridade do profissional que nem sempre conseguimos que a palavra final e primeira é da segurança.*

A questão do sigilo, previsto no código de ética está relacionado com as condições objetivas de trabalho, ou seja, a estrutura física. Os profissionais não dispõem de uma sala individualizada para o atendimento, não garantindo dignidade no processo de atendimento e escuta qualificada, quebrando princípios éticos fundamentais que perpassam somente a centralidade do sigilo mas interferem na liberdade no respeito da autonomia do usuário como valores éticos primordiais no exercício da profissão. Por outro lado, o profissional III relata não haver desafios na efetivação do projeto ético político:

**Profissional 3:** *Nós não temos um desafio para efetivar o projeto ético político, por que a equipe é muito integrada e coesa e nós temos conseguido conquistar muitos avanços na defesa da justiça social e a equidade nos direitos.*

De acordo com Iamamoto (2011), o projeto ético-político se realiza em diferentes dimensões que fundamentam o Serviço Social, quais sejam: nos instrumentos legais, os quais corroboram direitos e deveres desses profissionais; nas expressões e manifestações coletivas da categoria, protagonizadas pelo conjunto CFESS/CRESS, com apoio da ABEPSS e ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), que vêm defendendo publicamente – seja por manifestações de rua, participação em assembleias legislativas, notas públicas ou produção de documentos – as posições políticas da categoria; nas articulações com outras entidades do Serviço Social (internacionais) e com outras categorias profissionais e movimentos sociais organizados; no ensino universitário, de

graduação e pós-graduação, responsável direto pelo processo de formação, qualificação teórica e produção de conhecimento em Serviço Social; no trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços ocupacionais.

Com isso, a pesquisa apontou para maiores aprofundamentos acerca do conhecimento que os profissionais possuem da natureza e conteúdo do PEP na profissão. Seu significado estratégico e a necessidade de sua compreensão para uma atuação fortemente comprometida com a emancipação humana. No contexto das instituições carcerárias – universo caracterizado pela estigmatização<sup>30</sup> dos presos e negação de direitos, o Serviço Social por meio do trabalho profissional e das suas intervenções fundadas no PEP poderá subsidiar uma orientação crítica e progressista às intervenções dos assistentes sociais, possibilitando sim: uma “visão diferenciada”, uma “postura crítica, questionadora e de indignação que o assistente social deve assumir diante das situações” desde que fundamentadas intelectual e politicamente, ou seja, não basta ver de forma diferenciada e adotar uma postura de indignação; é preciso apreender a questão social como um complexo de contradições inserida na totalidade.

Além dos eixos já problematizados foi visibilizada na fala dos entrevistados a importância ocupada pelas *redes de políticas* no atendimento aos usuários. Os entrevistados afirmaram existir na instituição o trabalho em conjunto entre o Serviço Social e outras instituições extramuros, constituindo o que podemos chamar de uma rede de atendimentos aos usuários do Conjunto Penal de Feira de Santana. Por exemplo, é o caso da parceria com o hospital.

Assim, compreende-se que a ideia de intersectorialidade como estratégia política para o gerenciamento das políticas e seus sistemas é materializada através do trabalho em rede. Tecer redes entre as políticas, por sua vez, equivale construir:

(...) estruturas nas quais as políticas públicas e a governabilidade são ordenadas cooperativamente a fim de dar conta dos problemas de interdependência e complexidade inerentes às relações intergovernamentais. (...) Nesta perspectiva, as redes de políticas tem sido compreendidas como uma estrutura organizacional em que os serviços e os

---

<sup>30</sup> Para Goffman (1988), o pobre é associado imediatamente com o comportamento ou características presentes nas representações sociais do pobre. A marca ou o estigma se conforma, portanto, como uma identidade social. Como escreve Goffman já no início de sua obra, “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (Goffman, 1988, p. 11). Quando estamos diante do outro, somos levados a categorizá-lo de acordo com as variáveis de que dispomos em nosso repertório de categorias.

bens públicos são planejados, concebidos, produzidos e ofertados de maneira a compartilhar objetivos, integrar estruturas, desenvolver compromissos e gerar interação. (ANDRADE, p. 54 – 55, 2006)

A intersetorialidade sugere a ideia de rede como um processo de ordenação de uma nova ordem para gestão dos sistemas que materializam as políticas públicas. Isso, por que, entende-se que rede é um conjunto de relações estáveis na integração de uma variedade de sistemas das políticas que ao compartilharem interesses comuns buscam alcançar cooperativamente metas.

Trabalhar em rede sugere aos sistemas uma relação onde:

(...) as diferenças se expressão e se representam numa interlocução possível; na qual valores circulam, argumentos se articulam e as opiniões se formam; na qual parâmetros públicos podem ser construídos e reconstruídos como balizas para o debate entorno de questões pertinentes; e na qual, enfim, a dimensão ética da vida social pode se constituir através da convivência democrática com as diferenças e conflitos que elas carregam (...) é uma trama que vai como mapeando e explicando a composição de diversos conflitos. Fazendo circular a linguagem do direito, desprivatizar carências e necessidades, demandas e aspirações. (ANDRADE apud TELLES, p.56, 2006)

A integração entre as políticas não deve limitar-se ao objetivo em comum no foco de suas ações. Integrar as ações consiste em articular todo o processo de planejamento, gestão e execução destas políticas, fazendo necessária a readequação dos serviços profissionais e instituições. Nos relatos abaixo, notamos as articulações e compartilhamentos feitos entre o Serviço Social do Conjunto Penal e a rede intersetorial:

**Profissional 1:**

*Todos os dias são necessárias articulações com outras instituições, para dar resolutividade as demandas não podemos atuar limitados aos “muros institucionais”.*

**Profissional 2:**

*Sim, trabalhos com cartórios, fóruns, Ministério Público, Defensoria Pública, bolsa família, etc. São instituições parceiras, onde não necessita por exemplo da presença do interno para resolver a maioria das demandas, sendo resolvido com encaminhamentos do setor de Serviço Social, como o cadastramento ou recadastramento do programa Bolsa Família.*

**Profissional 3:**

*Na unidade prisional nós trabalhamos em rede intersetorial, (saúde, assistência social, sócio-jurídico). Temos recentemente a parceria de um importante parceiro que são as unidades terapêuticas, nas quais nós estamos buscando apoio para esta encaminhando os internos que são dependentes químicos, onde eles após saírem do conjunto penal, sejam direcionados às instituições para que possam dar início ao tratamento da dependência. Outros parceiros são: O hospital Lopes Rodrigues, os CAPS, Hospital Cléreston Andrade, a pastoral carcerária, as instituições religiosas, dentre outras instituições.*

Observamos através das falas dos assistentes sociais a importância das redes em suas ações profissionais. Levando em consideração as especificidades da instituição penal, o estabelecimento de parcerias extramuros torna-se indispensável para buscar solucionar as demandas. Os profissionais reconhecem a importância desse mecanismo para o enfrentamento e/ou resolução das demandas. Quando perguntados a respeito do mapeamento das redes, todos afirmaram não existir um levantamento, assim como a manutenção dos dados (contatos) com as instituições parceiras. Tendo em vista a rotatividade de profissionais causada pelos vínculos empregatícios precarizados e temporários, os assistentes sociais preferem registrar as anotações e contatos a respeito dos parceiros institucionais nas suas agendas pessoais. Seguindo a análise sobre os contatos institucionais os profissionais mencionam que:

**Profissional 1:** *Os contatos são feitos por e-mail, pessoalmente nas visitas institucionais, por telefone. Por não existir mapeamento dentro da instituição, buscamos os contatos junto a telefonista, nas agendas celulares particulares ou na internet.*

**Profissional 1:** *A Unidade prisional carrega junto com o nome e a demanda que apresentamos, seus estigmas, percebemos o*

*desinteresse das instituições em atender, ora por medo ora por acreditar que não deve-se prestar atendimento a delinquentes, marginas e criminosos. Como também o receio de que no momento em que esteja sendo prestado o serviço a um interno aconteça naquela instituição algo que coloque em risco os profissionais. Ou seja poderia enumerar uma série de fatores que justificassem as dificuldades de articulação. No entanto, compreendo que o que falta são políticas públicas que assegure o atendimento continuado as demandas dos internos das instituições prisionais no Brasil.*

Nota-se que os assistentes sociais do Conjunto Penal de Feira de Santana-BA, mesmo diante dos vários limites encontrados na operacionalização dos serviços, principalmente com a precarização do trabalho estão comprometidamente posicionados na luta intransigente pelos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, em favor da justiça social, equidade, universalidade de acesso aos serviços relativos aos programas e políticas sociais voltados aos internos e familiares atendidos pela referida instituição. A pesquisa está muito longe de ter a pretensão de esgotar a discussão abordada neste trabalho, entendemos que a profissão não possui “uma receita ou um modelo de fazer”. A profissão está circunscrita à um contexto histórico determinado, sentindo os impactos “perversos” dos ajustes no curso do seu trabalho e se mantendo de maneira firme nos espaços sócio-ocupacionais. A pretensão com a pesquisa foi aprofundar o conhecimento acerca da atuação do Serviço Social na unidade prisional, levando em consideração as especificidades e os limites de um Trabalho de Conclusão de Curso. O foco esteve centrado na identificação dos limites e possibilidades da ação, tendo como aspecto fundamental o campo da instrumentalidade. Eis o desafio! Parafraseando Guerra (2007) concordamos que a profissão por se deter no âmbito da projeção, os projetos profissionais requisitam o conhecimento da realidade, o conhecimento dos meios e modos de sua utilização, o conhecimento da prática acumulada em forma de teoria, e contribui para o estabelecimento das finalidades ou a antecipação dos resultados objetivos que se pretende atingir. Mas também indicam ações profissionais adequadas, ao esclarecer os objetivos, as possibilidades e as forças sociais participantes. Portanto, detêm a possibilidade de permitir que o assistente social apreenda os fundamentos da sua intervenção profissional e que busque,

conscientemente, os meios para alterar as circunstâncias que põe obstáculos à intervenção profissional.

## CONSIDERAÇÕES

A partir da análise das condições de trabalho dos profissionais de Serviço Social no Conjunto Penal de Feira de Santana-BA com destaque para o crescimento de contratações sob regime temporário e ausência de condições objetivas e subjetivas de trabalho é que se torna indispensável a discussão da ação profissional com ênfase na identificação dos limites e possibilidades do seu exercício, olhando criticamente a perspectiva da instrumentalidade.

Conforme foi explicitado anteriormente, a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais no campo penitenciário, é reflexo do baixo investimento demandado ao setor. As unidades penais brasileiras possuem em sua trajetória histórica um assombroso abandono e descaso por parte dos órgãos públicos, transformando as instituições que por ventura objetivava a reinserção social, em verdadeiras masmorras, onde acumulam-se uma parcela da sociedade considerada como “delinquentes e infratores”.

No entanto, a realidade do Conjunto Penal de Feira de Santana demonstra significativa mudança no que diz respeito à intervenção do Serviço Social. Apesar da existência de limites observou-se que os profissionais estão se reorganizando devido ao aumento quantitativo e qualitativo considerável do quadro profissional visando oferecer respostas mais condizentes e fundamentadas no projeto ético político da profissão. Não caindo no discurso fatalista *de que nada pode ser feito*.

A pesquisa apontou para a percepção da importância da instrumentalidade na prática profissional desde que o assistente social tenha conhecimento das demais dimensões que constituem o campo ainda pouco explorado da instrumentalidade. Sendo assim, saber articular as três dimensões: teórico-metodológica, ético-política, e a técnico-operativa, objetivando uma intervenção crítica, e em consonância com o projeto político da profissão. Os instrumentos técnico-operativos são construções que operacionalizam os objetivos profissionais, devem dotar de intencionalidade e autonomia profissional, ou seja, o assistente social escolhe seus instrumentos a partir do que pretende alcançar por meio destes. Assim, constituem meios que viabilizam determinados fins. A partir desse aprofundamento acerca da instrumentalidade verificou-se com o estudo proposto que os profissionais do Conjunto Penal de Feira de Santana-BA apesar de utilizarem diversos instrumentos

e técnicas em sua intervenção não deixaram claro o conhecimento acerca das três dimensões que constituem a instrumentalidade resumindo a instrumentalidade apenas aos instrumentos e técnicas utilizados no dia-a-dia da instituição.

A quantidade considerável de projetos e programas ofertados pelo Serviço Social da instituição demonstra que o Serviço Social está caminhando para uma atuação fortemente comprometida com o atendimento de qualidade com os usuários. Apesar dos limites que condicionam parte da intervenção profissional, a exemplo do diálogo com a coordenação de segurança.

As ampliações de espaços e autonomia por parte dos profissionais de Serviço Social na instituição, em parte vincula-se à participação da direção, que tem um papel fundamental de incentivo aos programas, projetos e ações voltadas ao processo de formação do interno. Outro ponto é o constante diálogo com a segurança, que de certo modo vem possibilitando aos profissionais o desenvolvimento de um número maior de intervenções voltadas aos atendimentos dos internos e seus familiares.

O contrato com regime temporário pode ser visto como uma preocupação central no âmbito do Serviço Social do CPFS. A renovação dos profissionais em um período curto de tempo, acaba de certo modo, paralisando alguns projetos e ações desenvolvidas pelo conjunto de profissionais. Os relatos produzidos a partir das entrevistas disponibilizam a visibilidade da fragilidade existente nas modalidades de empregabilidade da instituição.

As entrevistas apresentaram uma noção ainda limitada da maior parte dos profissionais sobre o projeto ético-político, porém, por outro lado, existe uma credibilidade na possibilidade de materialização do PEP no cotidiano profissional, o que demonstra uma vontade política forte. Integrar-se à luta política, aos debates, seminários, conhecer os documentos lançados pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, tudo isso é fundamental para que a prática reitere as posições coletivas; ao mesmo tempo que as entidades e a academia conheçam os limites e possibilidades orquestrados no exercício cotidiano do assistente social. Coletivamente, a luta da categoria é mais forte, podendo alcançar conquistas, como, por exemplo, a Lei das 30 horas de trabalho semanal, sem redução salarial, que representa um importante avanço, considerando a conjuntura de retração dos direitos trabalhistas. Outra reivindicação articulada pelas entidades da categoria, atualmente, é a necessidade e obrigatoriedade de assistentes sociais no quadro de

funcionários das escolas de nível fundamental e médio. Ademais, há a permanente luta por contratação via concursos públicos, que minimizem a situação de precariedade no serviço público, e, ainda, por um piso salarial digno ao profissional. Além dessa integração com as lutas sociais e do serviço social, é estratégica também para a posição de resistência e defesa dos direitos dos usuários, a apropriação das legislações sociais (ECA, LOAS, LOS, Estatuto do Idoso, Legislação Trabalhista, Lei da Previdência Social, dentre outras); é importante, para a efetiva defesa que essas legislações, realmente, façam parte dos aportes de conhecimento do assistente social e estejam integradas em seu exercício profissional cotidiano. ***Afinal, como se buscar a garantia de direitos sem conhecê-los?***

O estudo propiciou uma aproximação com a temática suscitada apontando a necessidade de uma maior elaboração de pesquisas acerca da atuação profissional de Serviço Social em presídios. O tema, certamente, não se esgota nessa produção teórica, principalmente porque a realidade é dinâmica e complexa, necessitando, portanto, de uma permanente investigação que possibilite novas formulações estratégicas frente aos desafios constantes que tencionam o trabalho do assistente social.

## REFERÊNCIAS

ABAS. Associação Brasileira de Assistentes Sociais. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. São Paulo, 1947. (mimeo).

ABRAMIDES, M. B.C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social Brasileiro**. 2006. 426 f. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduados em Serviço Social) – PUC – SP, São Paulo, 2006.

ANDRADE, Jackeline Amantino de. Redes de Atores: Uma Nova Forma de Gestão das Políticas Públicas no Brasil? **Gestão & Regionalidade** - No 64 - mai-ago/2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e Negação do Trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999

\_\_\_\_\_. **O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2011, n.106, pp. 205-218. ISSN 0101-6628.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 78. 2004.

BESSA, A. A. D. **Serviço Social no Poder Judiciário**: problematizando a utilização dos instrumentos e técnicas no exercício profissional do Assistente Social. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

BONETTI. **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 6ª edição. São Paulo. Cortez, 2005.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**, nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. **CPI do Sistema Carcerário**. Brasília, 2008.

CAMPAGNOLLI, S. R. A. P. **Desvendando uma Relação Complexa: o Serviço Social e o seu instrumental técnico**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 1993.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa & DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2007, vol.23, n.2, pp. 399-407. ISSN 0102-311X.

CANTO, Dilton Ávila. **Regime Inicial de Cumprimento de Pena Reclusiva ao Reincidente**. Dissertação de Mestrado em Direito apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2000.

CARDOSO, I.C.C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS Nº 7**. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, Raul de & IAMAMOTO, Marilda. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CBCISS. **Teorização do Serviço Social: documentos: Araxá, Teresópolis e Sumaré**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão. 10 ed. Brasília: CFESS, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL /CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. Política de educação permanente do conjunto CFESS- CRESS.

Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <<http://www.cress-sc.org.br/img/paginas/pep.pdf>>. Acesso em: 17 de outubro de 2014.

CORTES, Sarah Tavares. **A Articulação da Instrumentalidade no Exercício Profissional do Assistente Social em Natal/RN**. Dissertação apresentada à Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. 2013.

COSTA, Alexandre Mariano. **O trabalho prisional e a reintegração do detento**. Florianópolis: Insular, 1999. 104p.: Il.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FÁVERO, Eunice. **Instruções sociais de processos, sentenças e decisões**. In.: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GRANEMANN, SARA. O Processo de Produção e Reprodução Social: Trabalho e Sociabilidade In: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**- Brasília- CFESS/ABEPSS. 2009.

GIGLIO et. ali. Como Consentir sem entender? **Rev Assoc Med Bras** 2009; 55(3): 328-34.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. – 10. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, CEAD, 2002.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora/MG: Ed. UFJF, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **A herança conservadora do Serviço Social**: atualização e busca de ruptura. In: Renovação e Conservadorismo no Serviço Social

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**; trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Celats/Cortez, 2006.

JESUS, Fernanda Ferreira de. **Políticas Públicas Penitenciárias e o Processo de Prisionização: um estudo sobre mulheres em situação de prisão no Conjunto Penal de Feira de Santana – BA**. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2012.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Ed. Paz e Terra, RJ. 1989.

LINS e SILVA, Eduardo. **A história da pena é a história de sua abolição**. REVISTA CONSULEX – ANO V Nº 104 – 15 de maio/2001. Brasília – DF.

MARCONSIN, Cleier. **Documentação em Serviço Social: Debatendo a Concepção Burocrática e Rotineira.** In: FORTI, V. e GUERRA, Y. (Orgs.). *Serviço Social: Temas, textos e contextos.* Coletânea Nova de Serviço Social. RJ: Ed. Lúmen Juris, 2009, pp. 65-76.

MAIA, Clarissa Nunes et. al. (org). **História das prisões no Brasil**, volume I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MAIA, Clarissa Nunes et. al. (org). **História das prisões no Brasil**, volume II. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação.** – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **O processo de produção do capital.** In: O Capital – crítica da economia política. 12. ed. Livro I. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 13. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2013.

MIOTO, R.C.T. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis.** Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04. Brasília:CEAD,2000.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Perícia social: proposta de um percurso operativo.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº.67, 2001.

MONTAÑO, C. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Katálysis.** Florianópolis/SC: UFSC, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006.

MOTA, A. E. ; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In : MOTA, A. E. (org). **A nova fábrica de consensos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Vozes, Petrópolis, 24ª edição. 1994.

NETTO, José Paulo, 1947- **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós- 64/** José Paulo Netto – 8. Ed. – São Paulo: Cortez 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: **Temporalis/ABEPSS**. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS. 2001.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Brasília, 1999.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. In: ---. 2 ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. As implicações ético-políticas do processo de construção do estudo social. In: **O Serviço Social e o sistema sociojurídico**. Rio de Janeiro: CRESS- 7ª Região, 2004.

PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. Quando o camburão chega antes do SAMU: notas sobre os procedimentos técnico-operativos do Serviço Social. In: **Serviço social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lúmen & Júris, 2010.

QUIROGA, Ana Maria. **Mudanças no perfil das clientelas do Serviço Social**. In: O Serviço Social em Questão, Rio de Janeiro, PUCRJ, v. 4, n. 4, p. 159-170, 1999.

RICHARDSON RJ. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo:Atlas;1999.

RODRIGUES, Maria Lúcia. **O Sistema Prisional Feminino e a Questão dos Direitos Humanos: Um Desafio às Políticas Sociais II**. São Paulo. P C Editorial, 2012.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Instrumental técnico e o Serviço Social**. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: Desafios contemporâneos/ Cláudia Mônica dos Santos, Sheila Backx, Yolanda Guerra (organizadoras). – Juiz de Fora : Ed.UFJF,2012,184p.

SETÚBAL, A. A. Análise de Conteúdo: Suas Implicações nos Estudos das Comunicações: In: **Pesquisa Qualitativa- Um Instigante Desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOUSA, Charles Toniolo. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**, Emancipação, Ponta Grossa,8 (1), 119-132, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso 24-08-2014.

TELLES, Vera. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. **Revista Pólis**. São Paulo, n. 14, p. 43-53, 1994.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social**. Orientadora: Nobuco Kameyama. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 1999. Tese de Doutorado.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Ações Profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: Desafios contemporâneos/ Cláudia Mônica dos Santos, Sheila Backx, Yolanda Guerra (organizadoras). – Juiz de Fora : Ed.UFJF,2012,184p.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social**. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 1999. Tese de Doutorado.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*; tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

\_\_\_\_\_. *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]*; tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 3. 3d., revista e ampliada, agosto de 2007.

YAZBEK, M.C. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. In: capacitação em serviço social e política social. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 4, p.19-34, 2000.

YAZBEK, M. C.: **O significado sócio-histórico da profissão**. In:CFESS; ABEPSS. (Org.). *Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais*. 1ª ed. Brasília – DF: CFESS/ABEPSS, 2009, v.1, p.125-141.

## **ANEXOS**

**Anexo a)**Termo de Consentimento***TÍTULO DA PESQUISA: LIMITES E POSSIBILIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA-BA: UM OLHAR CRÍTICO ACERCA DA INSTRUMENTALIDADE.***

Instituição responsável: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB- Curso de Serviço Social.

Eu \_\_\_\_\_, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa com o título acima citado que tem como objetivo principal identificar os limites e possibilidades do Serviço Social no Conjunto Penal de Feira de Santana-BA.

A minha participação será registrada através da aplicação de um questionário. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar.

Após ter lido e discutido com o pesquisador os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Feira de Santana, \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

Participante - Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome completo: \_\_\_\_\_

Pesquisador - Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome completo: \_\_\_\_\_

**Anexo b)**

Cachoeira, 03 de setembro de 2014

Prezado Sr. Diretor,

Para a finalização do trabalho de conclusão de curso de Serviço Social será necessário realizar a etapa da pesquisa de campo com a aplicação de roteiros de entrevistas junto aos assistentes sociais desta Unidade Prisional.

O objetivo das entrevistas está centrado em identificar quais são as principais atribuições dos profissionais de Serviço Social e seus projetos. A relevância em contextualizar tais atividades refere-se aos desafios existentes no campo do exercício profissional na esfera sócio-jurídica, em especial, no âmbito das Unidades Prisionais.

Certo de contarmos com vossa colaboração, já agradecemos o empenho e o apoio.

Cordialmente,

**Profa Dra. Valéria dos Santos Noronha Miranda**

**Siape 1378043**

**Anexo c)**

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

Este é um roteiro de entrevista constituído de perguntas abertas, destinadas aos assistentes sociais do Conjunto Penal de Feira de Santana-BA. As perguntas foram construídas no intuito de servir como instrumento de análise de cunho qualitativo elegendo como tema central: a atuação do assistente social, levando em conta seus limites e possibilidades, contemplando uma tentativa de leitura crítica sobre a instrumentalidade.

O sigilo dos entrevistados será preservado, uma vez que optamos por identificá-los no decorrer das análises apenas com números simbólicos, que garantirá o sigilo a respeito dos entrevistados.

Fica a critério do entrevistado responder ou não, a qualquer pergunta a seguir, ou algum questionamento que por ventura venha aparecer no decorrer do processo de entrevista por parte do entrevistador.

### *Formação Profissional:*

( ) especialização ( ) pós-graduação ( ) mestrado

Já participou de algum curso de atualização na sua área de atuação?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais? \_\_\_\_\_

### *Tempo de atuação na Instituição*

( ) menos de 1 ano ( ) 1 ano ( ) 2 anos ( ) 3 anos ( ) 4 anos ( ) mais de 4 anos

### *Regime de Trabalho*

( ) Concurso efetivo ( ) Contratação temporária

### *Carga Horária*

( ) 20 h semanais ( ) 30 h semanais ( ) 40 h semanais

### *Condições de Trabalho*

Quais são suas atribuições enquanto assistente social no Conjunto Penal?

---



---



---

Quais são os projetos que o Serviço Social desenvolve na instituição?

---

---

---

---

Como você visualiza a autonomia profissional do assistente social na instituição?

---

---

---

Quais são os instrumentos e técnicas utilizadas na atuação profissional do assistente social no CPFS?

---

---

---

---

Quais utilizados com maior frequência?

---

---

Quais são as dificuldades e as “facilidades” encontradas na utilização dos instrumentos/técnicas pelo Serviço Social?

---

---

---

Quais são os principais desafios, limites e possibilidades na atuação do Serviço Social no CPFS?

---

---

---

Quais seriam as possíveis alternativas para o enfrentamento dos principais limites no fazer profissional do assistente social no Conjunto Penal? Criatividade? Competência propositiva?

---

---

---

---

Na sua opinião, quais são os principais desafios encontrados para efetivação do projeto ético político profissional?

---

---

---

*Serviço Social e as Redes*

Existe demanda do trabalho do assistente social pelo uso da rede intersetorial ?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, com que frequência vocês se relacionam com as outras instituições?

---

---

Existe um mapeamento dos principais parceiros institucionais do Serviço Social na instituição?

( ) Sim ( ) Não

Se a resposta ao item anterior foi sim, de que forma é feito esse levantamento?

---

---

---

De que forma é feita o acompanhamento dos dados referentes aos contatos com os parceiros institucionais?

---

---

Na sua opinião qual a relevância das redes intersetoriais na atuação profissional do Serviço Social?

---

---

---

Quais são os principais desafios na criação, manutenção e fortalecimento dessa rede?

---

---

---

---

Você concorda que na prática a teoria é outra?

---

---

---

---